



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE UNB PLANALTINA – FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LEdoC

**Escola Paulo Freire e Casa Digital: a requalificação dos
processos educativos pelo uso de computador e internet
como instrumentalização à resistência dos educandos aos
processos de expulsão do campo**

JOSÉ ERNANDO ALBUQUERQUE FERREIRA

Brasília – DF

2013

JOSÉ ERNANDO ALBUQUERQUE FERREIRA

Escola Paulo Freire e Casa Digital: a requalificação dos processos educativos pelo uso de computador e internet como instrumentalização à resistência dos educandos aos processos de expulsão do campo

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEdoC, da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção ao título de licenciado em Educação do Campo, com habilitação na área de Linguagens.

Orientador: Prof. Mestre Márcio Ferreira

Brasília – DF

2013

JOSÉ ERNANDO ALBUQUERQUE FERREIRA

Escola Paulo Freire e Casa Digital: a requalificação dos processos educativos pelo uso de computador e internet como instrumentalização à resistência dos educandos aos processos de expulsão do campo

Comissão examinadora

Prof. Dr. Rafael Litvins Villas Boas - FUP

Prof^a. Mestra Wanessa de Castro - FUP

Prof. Mestre Márcio Ferreira – Orientador

Brasília, 07 de março de 2013.

Dedico esta conquista a:

À minha esposa Edilaine Miranda Bisola Ferreira e meu filho Kleber Lucas Miranda Ferreira, pelo apoio prestado mesmo estando distante sempre me encorajavam a não desanimar, sempre me dando inspiração para realizar meus objetivos e conquistar esta vitória.

À minhas irmãs, Rafaela Albuquerque Ferreira, Daniela Albuquerque Ferreira ao meu pai José Fernando de Oliveira Ferreira.

Meus sogros Edes Candido de Miranda e Ivana Bisola de Miranda, por todas as contribuições realizadas.

Ao meu orientador prof. Mestre Márcio Ferreira e a Prof. Mestre Wanessa de Castro pelo empenho prestado em me orientar durante o processo de pesquisa e organização deste trabalho.

Aos meus colegas de turma e educadores que contribuiu com meu processo de formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me concedido fôlego de vida, saúde e graça para vencer os obstáculos se apresentados durante toda minha caminhada acadêmica.

À minha mãe, Ivonete Albuquerque Ferreira (*in memoriam*), que tanto me ajudou, me apoiou e me deu forças para que eu estudasse e realizasse este sonho, não medindo esforço para que eu adquirisse uma boa formação.

À minha esposa Edilaine, que suportou os novos hábitos de um graduando, mesmo que inicialmente demonstrava ser uma “loucura”, mas ao passar dos dias buscou-se compreender com amor e tranquilidade o sonho de um esposo persistente.

Ao meu filho Kleber Lucas que manteve o orgulho de seu pai, mantendo-se distante por oito (08) vezes entre períodos de trinta (30) a cinquenta (50) dias. Ainda recém-nascido, com apenas quinze (15) dias de seu nascimento pela primeira vez enfrentou a ausência de seu pai, mas, contudo não lhe foi motivo para que hoje não demonstrasse tanto amor e afeto.

À minha querida sogra Ivana e meu sogro Edes, pelo apoio prestado em muitos momentos.

Ao professor Márcio Ferreira e a professora Wanessa de Castro, que pacientes contribuíram com auxílio de referências textual e com a retirada de muitas dúvidas surgidas durante o processo de orientação.

À professora Mônica Molina, uma das principais organizadoras que batalhou para com a implantação deste curso na UnB e se prontificou a contribuir com o redirecionamento deste trabalho fazendo parte da banca de qualificação e na defesa, juntamente com a professora Wanessa de Castro.

Aos todos educadores que contribuíram durante este processo de formação, ministrando as aulas com todo esforço e dedicação possível.

Aos colaboradores; Lisanil, Jair Reck, Marfa e Rodnei que se empenharam em na medida do possível prestar acompanhamento nas atividades de IOE e IOC.

Aos diretores, coletivo de educadores e funcionários da EE Paulo Freire que até o presente momento tem contribuído para que realizássemos as atividades de IOE.

Aos educandos entrevistados que doaram tempo e trouxeram contribuições importantes acerca da utilidade da casa digital instalada na comunidade e da educação na EE “Paulo Freire”.

Aos colegas de Estado; Valdoison, Angélica, Angela, Rosana, Luernandi e Sidivaldo, que sempre nos mantivemos juntos e presentes em muitos momentos importantes (organização para realizarmos o vestibular, estudo, formação, viagens, etc).

A todos que, de algum modo, contribuíram com meu processo de formação e desenvolvimento deste trabalho.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa de localização do Assentamento Antonio Conselheiro no setor sudoeste do Estado de Mato Grosso.

Figura 2- Mapa do modelo de parcelamento – “Raio de Sol”, aplicado no Assentamento Antonio Conselheiro

Figura 3- Infraestrutura física e tecnológica das escolas do campo

Figura 4- Proporção de alunos brasileiros que já utilizaram o computador

Figura 5- Proporção de alunos brasileiros que já utilizaram a internet

Figura 6- Alunos brasileiros que acessam a internet por meio do telefone celular

Figura 7- Acesso à educação básica no campo

Figura 8- Relações ambivalentes com as Tecnologias da Informação e Comunicação

Figura 9- Campos de utilização do computador e internet por educandos da EE Paulo Freire

Lista de Siglas

EE – Escola Estadual

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

PRONACAMPO – Programa Nacional de Educação do Campo

Cetic.br – Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação

NIC.br – Núcleo de Informação e Coordenação do ponto br

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ha – hectares

INCRA/SR-13/G/N. 404/96 – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PA – Projeto de Assentamento

SEDUC – Secretaria de Estado de Educação

EMIEP – Ensino Médio Integrado à Educação Profissionalizante

EJA – Educação de Jovens e Adultos

MEC – Ministério da Educação

SIGEDUCA – Sistema de Gestão Educacional

IDH - Índice de desenvolvimento Humano

LEdoC – Licenciatura em Educação do Campo

FUP – Faculdade UnB Planaltina

NEAD – Núcleo de Educação à Distância

GESAC – Programa de Inclusão Digital do Governo Federal

Proinfo – Programa Nacional de Tecnologia Educacional

Pronera - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CNE - Conselho Nacional de Educação

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Pnud - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

A1 – Aluno 1

A2 – Aluno 2

A3 – Aluno 3

CNH – Carteira Nacional de Habilitação

Unemat – Universidade do Estado de Mato Grosso

UFMT – Universidade Federal do Mato Grosso

UAB – Universidade Aberta do Brasil

Unopar – Universidade Norte do Paraná

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

DPECIRER – Diretoria de Políticas de Educação do Campo, Indígena e para as Relações Étnico-Raciais

CGEPEC – Coordenação Geral de Políticas de Educação do Campo

RESUMO

Este trabalho investiga como a Casa Digital requalifica os processos educativos vivenciados na escola Paulo Freire no sentido de fortalecer a resistência dos educandos aos processos de expulsão destes sujeitos do campo. Buscam-se subsídios para realização deste trabalho, no estudo de caso, grupo focal e diário de campo voltado à qualitativa para análise de dados. O referencial teórico é formado pelo estudo de processos de inclusão digital no campo, do conceito de escola do campo e das quatro dimensões da exclusão social. Estes nos permite identificar usos de computador e internet no campo e no Brasil, o acesso à educação básica no campo, também compreender o processo de exclusão social sob o prisma da sociologia do conhecimento e ao tema inclusão digital mencionado por Corrêa (2007) e Ferreira (2009). O estudo mostrou que o uso do computador e internet mediada pela Casa Digital é um importante instrumento de contribuição para manter a permanência dos jovens no campo. Os jovens do campo, quantos da escola do campo são carentes de políticas públicas que venham fortalecer a sua permanência em seu próprio meio. Neste sentido, as tecnologias é uma importante mediadora neste processo, onde, lhes permitem realizar atividades de punhos, econômicos, cognitivos, culturais e políticos, sem que seja necessário saírem do seu próprio meio.

Palavras-Chave: Escola do Campo. Educação do Campo. Exclusão social. Inclusão Digital. Casa Digital. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This work investigates with the the Digital Home redevelop educational processes experienced in school Paulo Freire to strengthen the resistance of students to the processes of expelling these subject field. To seek grants for this work, the case study, focus group and field journal aimed at qualitative data analysis. The theoretical framework is formed by the study of digital inclusion processes in the field, the concept of field school and the four dimensions of social exclusion. This allows us to identify uses of computer and internet in the field and in Brazil, access to basic education in the field, also understand the process of social exclusion from the perspective of the sociology of knowledge and digital inclusion theme mentioned by Correa (2007) and Ferreira (2009). The study showed that the use of computer and internet-mediated Digital Home is an important tool to keep the contribution of young people staying on the field. The youth of the field, how the field school are poor public policy that will strengthen their stay in their own half. In this sense, technology is an important mediator in this process, where enable them to perform activities of fists, economic, cognitive, cultural and political, without having to get out of their own half.

Keywords: School Field. Field Education. Social exclusion. Digital Inclusion. Digital Home. Public Policy.

Índice

| | |
|---|-----------|
| Apresentação..... | 12 |
| CAPÍTULO I | |
| Contexto..... | 14 |
| Justificativa, problema de pesquisa, objetivos..... | 24 |
| Objetivo Geral | 24 |
| Objetivos específicos | 24 |
| CAPÍTULO II | |
| Metodologia..... | 25 |
| Pesquisa Qualitativa | 25 |
| Instrumentos de coleta..... | 28 |
| CAPÍTULO III | |
| Suporte Teórico | 32 |
| Computadores, internet e educação | 32 |
| Escola do campo, exclusão social e das quatro dimensões da exclusão social | 38 |
| Inclusão digital e Exclusão social..... | 41 |
| Processos de expulsão dos camponeses do campo..... | 47 |
| CAPÍTULO IV | |
| Análise dos dados..... | 51 |
| Considerações | 55 |
| Referências | 58 |

Apresentação

Este trabalho investiga como a Casa Digital qualifica os processos educativos vivenciados na escola Paulo Freire no sentido de fortalecer a resistência dos educandos aos processos de expulsão destes sujeitos do campo.

Nosso trabalho foi distribuído em quatro capítulos onde estão dispostos: Contexto de pesquisa, questão de pesquisa e objetivos, metodologia, suporte teórico, análise dos dados e considerações.

No capítulo que trata do contexto de pesquisa mostramos o histórico do Assentamento Antônio Conselheiro, o processo de implantação da EE Paulo Freire, a implantação e utilização da Casa Digital Paulo Freire. Esta parte está fundamentada nas contribuições de Wink (2009), Moura (2010) e MDA (2011).

Para apresentarmos a questão de pesquisa e objetivos, primeiramente buscamos pensar na existência dos sujeitos do campo da EE Paulo Freire em fase de escolarização, a disponibilidade de uso dos computadores da Casa Digital para estes sujeitos e a história que nos revela os processos de expulsão dos camponeses do campo. Daí, julgamos ser pertinente tentar entender se estes três elementos articulados, podem gerar novas condições e situações para que se superem os problemas referentes à necessidade de sair do campo ocorrido nesta comunidade.

Na metodologia evidenciamos nossa opção pela pesquisa qualitativa fundamentada em Ludke & André (1986) e Ferreira (2010). Dentro das possibilidades da pesquisa qualitativa utilizamos como estratégia o estudo de caso, também apresentado por Ludke e André (1986) e Gil (2002).

Buscamos saber sobre os processos vivenciados por estes educandos usuários da Casa Digital por meio de um trabalho investigativo, utilizando para levantamento de dados os seguintes instrumentos: grupo focal, diário de campo e questionário com perguntas direcionadas a identificação dos usos de computadores e internet. Para isto, contamos com a fundamentação dos autores Gui (2003), Cruz (2007) e com a importante experiência de Remi, Hess (1996).

No suporte teórico buscamos explorar as contribuições existentes por meio de alguns estudos realizados em escolas do campo pelo PRONACAMPO e alguns dados mais gerais do uso do computador e internet por educandos do meio urbano realizado pelo Cetic.br. Utilizamos, também das contribuições de Moura (2010), Buzato (s.d.), Moran (s.d.) e Valente (s.d.) para tratar do uso do computador na educação.

Para fechar o suporte teórico, procuramos discutir o conceito de escola do campo por meio de Molina e Sá (2012). Como também discutir o tema exclusão social por meio de Corrêa (2007) e Ferreira (2009). Acrescentamos ao final uma rápida discussão sobre os processos de expulsão dos camponeses do campo.

As análises dos dados foram realizadas por meio dos dados coletados junto aos educandos do ensino médio da EE Paulo Freire, do Assentamento Antônio Conselheiro, Município de Barra do Bugres estado de Mato Grosso. Isso nos possibilitou identificar usos e impactos dos usos de computadores e internet nos seguintes campos: econômico, cognitivo, político e cultural.

Nas considerações, falamos das mudanças encontradas em todos os campos propostos pela pesquisa. Deparamo-nos com apenas uma dimensão menos afetada pelo uso do computador e internet: a política. Em nossa opinião isto se deve à carência de cultura digital e formação política geral para estes sujeitos. Os entrevistados demonstraram-se completamente carentes de formação política; também carentes de formação técnica para uso das tecnologias disponíveis na Casa Digital.

CAPÍTULO I

Contexto

Após um longo trabalho de base realizado por lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no ano de 1996, na região médio norte de Mato Grosso, nasce um acampamento próximo a BR 358 no município de Nova Olímpia formado por 1050 famílias. Nesta localidade aconteceu uma grande tragédia, em que 5 pessoas vieram a óbito e 9 ficaram feridas em decorrência da entrada de uma carreta desgovernada que se chocou ao acampamento.

Logo, as famílias tiveram que desocupar esta área por motivo de apresentar alto risco aqueles que ali viviam passando a abrigarem-se na Gleba Tapirapuã, área localizada no município de Tangará da Serra com aproximadamente 37.258,8171 ha. De acordo com Wink (2009), esta área abrigou aproximadamente mais 306 famílias advindas do município de Cáceres (região sudoeste de Mato Grosso) compondo um valor aproximado de 1.356 famílias ao todo.

Os trabalhos de vistoria preliminar da Gleba Tapirapuã foram determinados pela ordem de serviço INCRA/SR-13/G/N. 404/96, em 29 de outubro de 1996. A Gleba Tapirapuã era um só imóvel constituído de duas áreas contínuas: a fazenda Dimba, da Tetramir, Transporte, Reflorestamento Ltda.; e a fazenda Tapirapuã, da Agropecuária Tapirapuã S.A. Resultante de um só processo de desapropriação por meio do número 1959/96. No entanto, a Gleba Tapirapuã só foi desapropriada em 5 de maio de 1997, tendo sua emissão de posse lavrada em 1 e 2 de dezembro de 1997. Prosseguido com o processo de criação do PA Antônio Conselheiro institucionalizado por meio da portaria INCRA/SR-13/GN. 109/97, de 12 de dezembro de 1997, compondo 900 Unidades Agrícolas Familiares Produtivas. Wink (2009. p. 36).

Três municípios de Mato Grosso integram o Assentamento Antônio Conselheiro, sendo Barra do Bugres, Nova Olímpia e Tangará da Serra, como mostra a figura 1. Após as famílias irem para suas unidades familiares o assentamento passou a ser organizado por meio de três Micro-regiões, facilitando a organização entre os assentados, são elas: Zumbi dos Palmares na região de Nova Olímpia, Paulo Freire na região de Barra do Bugres e Chê Guevara na região de Tangará da Serra.



Municípios Incidentes

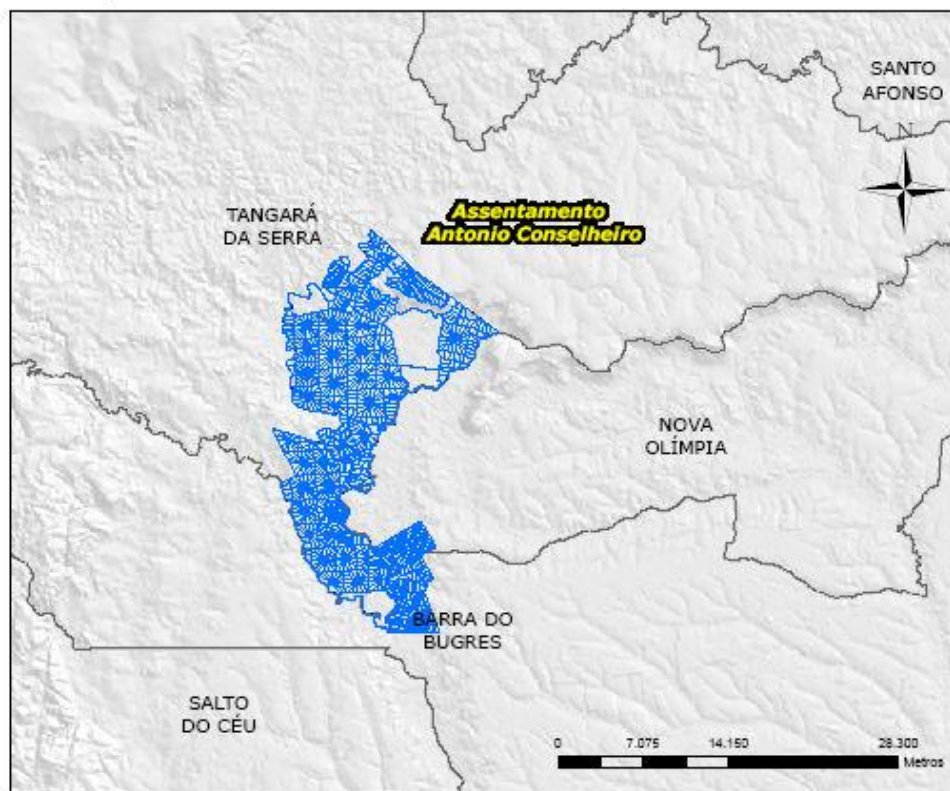


Figura1- Mapa de localização do Assentamento Antônio Conselheiro no setor sudoeste do Estado de Mato Grosso. (Fonte: Folha SD. 21–Y–B–V. Adaptado por Lucimar Alves da Mata e Helton Luiz 2008).

Depois de aproximadamente 2 anos a área da irrigação localizada na micro região Paulo Freire também foi loteada. Isso resultou em um número geral de 999 unidades familiares, organizadas em 36 agrovilas.

O parcelamento das unidades familiares foi projetado por via de dois modelos: Sendo o primeiro do tipo “raio de sol” ligando-os cada um à uma das agrovilas, o que facilita o sistema de cooperação e comunicação entre as famílias, como ainda a implantação de infraestrutura nas proximidades das mesmas, tais como: sistema de água, energia elétrica, estradas, posto de saúde, transporte escolar e outros. Outra parte foi parcelada de forma tradicional popularmente conhecida como quadrado burro que de certa forma dificulta o acesso a alguns benefícios. Conforme ilustra a figura 2 mapa do modelo de parcelamento “Raio de Sol”, aplicado no Assentamento Antônio Conselheiro.

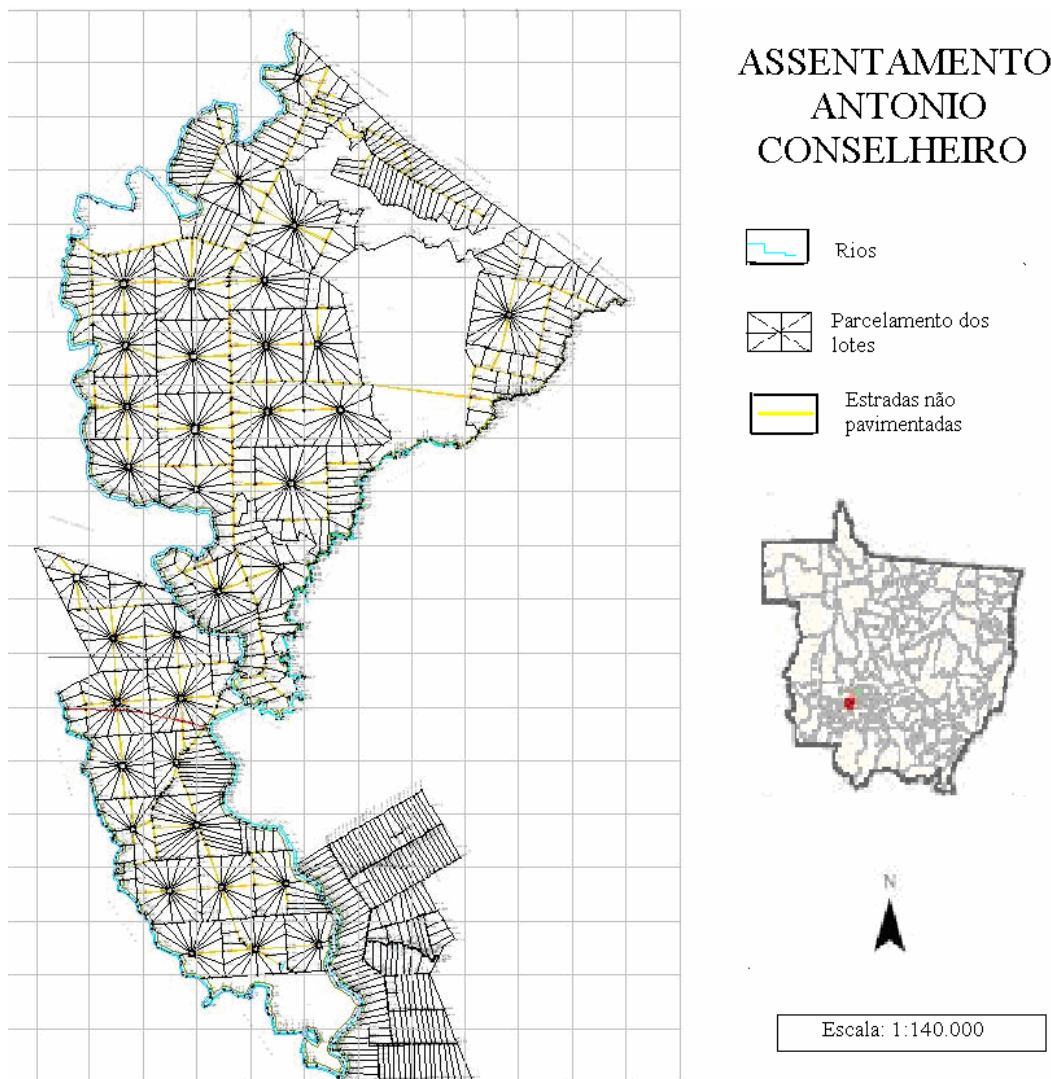


Figura 2 - Mapa do Modelo de parcelamento – “Raio de Sol”, aplicado no Assentamento Antônio Conselheiro. (Fonte: INCRA, 1990).

Muitas famílias que se mudaram para as unidades familiares neste período enfrentaram certas dificuldades, como: impossibilidade de acesso e retirada da produção. Isto se deve ao fato de no início não haver estradas em condições favoráveis e grande descaso por parte do poder público em atender as demandas da comunidade. Mas com o passar do tempo e com realizações de muitas lutas, mobilizações e ocupações, pode-se alcançar alguns avanços e benefícios para o assentamento. Porém, a conquista de muitos destes benefícios foram resultantes de todo um esforço coletivo. No entanto, ainda há necessidades de recursos essenciais para amenizar alguns problemas dentro do Assentamento, tais como: abertura de novas estradas e transporte adequado para transportar os produtos para serem comercializados, projeto de abastecimento de água para as famílias que não possuem água no sítio, incentivo e apoio do poder público para as famílias trabalhar em cooperação.

Atualmente, a atividade econômica dos assentados se dá de formas variadas, em que detém parte da produção para o consumo familiar e o excedente vendem para o comércio local. Tem como atividade predominante a monocultura de banana e a bacia leiteira. A comercialização dos produtos tirados dessas atividades é realizada de forma individual e coletiva em feiras livres e mercados das cidades mais próximas.

O entorno do assentamento Antônio Conselheiro é caracterizado pela grande expansão do agronegócio tendo como principais atividades: a pecuária (corte), a monocultura de cana-de-açúcar, de soja e milho.

Como meio de transporte para irem até a cidade, os assentados possuem três ônibus realizando o transporte das pessoas diariamente, com exceção de domingos e feriados. Internamente a locomoção das pessoas é realizada por meio do transporte escolar, bicicletas, motocicletas, carros, carroças, a pé, etc.

Apesar de o assentamento possuir alguns avanços significativos durante uma longa trajetória de aproximadamente 13 anos, há, ainda, muitas dificuldades. Podemos dizer que o assentamento tem condições objetivas e subjetivas para se desenvolver de forma sustentável, o problema é que as pessoas precisam se organizar em torno de um projeto coletivo. No entanto, este continua sendo o grande desafio, pois, o processo de formação das famílias nessa trajetória de luta não foi suficiente para sensibilizá-lo da importância da cooperação. Os sujeitos da comunidade precisam se libertar do ranço do individualismo engravado neles pelo capitalismo ao longo da história.

Processo de implantação da EE Paulo Freire - O processo de implantação da Escola Estadual Paulo Freire (doravante denominada EE Paulo Freire) se deu por meio da luta coletiva das famílias do assentamento Antônio Conselheiro.

A primeira escola foi construída de pau a pique no ano de 1999 pelos próprios assentados que viram a necessidade de seus filhos estudarem no próprio local. A princípio a escola era composta por uma só sala (barracão) que atendia o público de 1ª a 4ª série em regime multisseriado, com apenas um professor para lecionar e fazer a limpeza. Merenda, água e material pedagógico não havia. Os alunos teriam que levar de suas próprias casas água para tomar e algum lanche para comer.

Mas foi no ano de 2000 que as famílias já cansadas de ver o sofrimento de seus filhos, arregaçam as mangas e foram à luta em busca de melhorias. Junto à Prefeitura Municipal de Barra do Bugres foi instalado um acampamento organizado pelos próprios assentados e filhos, que lá permaneceram por mais de oito dias até que fossem atendidos pelo poder público, onde as principais reivindicações eram: a construção de outra escola, perfuração de um poço artesiano e estrada. Enquanto aguardavam serem atendidos pelo poder público, os professores lecionavam embaixo das árvores e nos bancos da praça da prefeitura. Só após ter se passado mais de oito dias de embate e negociações com o prefeito municipal, as famílias retornam para suas casas com a conquista dos maquinários e materiais de construção. Chegando ao assentamento as famílias não deixaram os maquinários sair do local até que fossem concluídas as obras.

Foi construída, então, uma escola de madeira com minissaia de alvenaria e telha de amianto: com quatro salas de aulas, uma cozinha, dois banheiros com três box cada, uma dispensa. Foi feito, também, um poço semi-artesiano com 130 m, caixa d'água instalada com capacidade para 30.000 litros, e a estrada foi recuperada. A partir dessas conquistas a escola teve condições de oferecer à comunidade o ensino fundamental até a 8ª série.

Ainda no ano 2000 durante a Jornada Nacional das Mulheres, em audiência com o então governador Dante de Oliveira, ficou garantido à construção de uma Escola Estadual com o objetivo de implantar o Ensino Médio. Isso resultou da dupla parceria, onde o governo forneceria os materiais e a comunidade subsidiaria a mão-de-obra. O material foi entregue pela metade e o subsídio financeiro não foi repassado e se conseguiu construir apenas parte da obra (três salas de aulas). Somente no ano seguinte foi possível atender a os alunos do ensino médio.

No início do ano de 2008, por meio de proposta da SEDUC a escola passou a atender educandos interessados em cursar o EMIEP. Isso tornou possível no final 2012 realizar as festividades de formatura da primeira turma (EMIEP com ênfase em Agroecologia).

Em decorrência do Estado não ter cumprido com a construção da escola como deveria, após muitas reivindicações da comunidade no ano de 2010 inicia-se mais uma construção em alvenaria com 06 salas de aula, 01 sala para laboratório de informática, 01 sala para biblioteca, 01 sala para secretaria e direção, 02 box de banheiros, cozinha, refeitório e uma quadra poliesportiva coberta. Esta obra até o presente momento não está totalmente concluída, restando finalizar ainda a construção da quadra. No entanto, as primeiras atividades letivas de 2013 já acontecem nesta nova estrutura. A obra anterior está sendo negociada com o poder público com a possibilidade de ser utilizada pela comunidade para outros fins, ao invés de ser demolida.

A EE Paulo Freire atualmente atende as seguintes modalidades: educação infantil, séries iniciais 1ª a 4ª série, ensino fundamental de 5ª a 8ª série, ensino médio de 1º ao 3º ano e EJA 1º e 2º segmento.

O público geral da escola é composto por 320 educandos; 15 educadores em sala de aula, sendo que 05 não possui graduação; 02 coordenadoras, uma para atender nas salas anexas e outra na própria escola (sede), sendo uma efetiva e outra contratada; 01 articuladora para realizar atendimentos com educandos com defasagem idade/série; 01 diretor; 05 técnicos administrativos, sendo que 02 realizam o atendimento na secretaria, 01 no laboratório de informática e 02 na biblioteca. Há, também, 03 auxiliares de limpeza, 03 cozinheiras e 03 vigilantes.

Além da estrutura apresentada (escola sede), a EE Paulo Freire ainda dispõe de atendimento em mais dois locais: na comunidade Gleba Jatobá com distância de aproximadamente 20 km da escola sede onde são atendidas 02 turmas de EJA, sendo uma de 1º segmento e outra de 2º segmento. Mais três turmas de ensino médio são atendidas em outra comunidade (Nova Fernandópolis) com distância de aproximadamente 35 km da escola sede, turmas de 1º ao 3º ano do ensino médio.

A EE Paulo Freire dispõe ao uso da comunidade escolar os seguintes recursos: 01 datashow adquirido com recursos próprios, 02 projetores multimídia enviados pelo MEC, 01 Retroprojetor, 01 TV, 01 DVD com karaokê, 01 aparelho de Som micro system, 01 caixa de som amplificada, 02 microfones sem fio, 15 computadores sendo que 10 estão no laboratório de informática, 02 na secretaria, 01 na direção, 01 na coordenação e 01 na sala dos

professores. Há, também, 03 impressoras, 01 máquina fotográfica Digital, 01 Celular, 01 mimeógrafo, livros literários, livros didáticos; enciclopédias; dicionários; revistas, jornais, etc. Vale ressaltar que a escola recebeu o laboratório de informática no ano de 2008 por meio do MEC pregão 008/2006. No ano de 2009 por meio da SEDUC o laboratório de informática foi equipado com internet banda larga com conexão de 200 kbps.

No ano de 2011 a conexão com a internet teve aumento para 600 kbps, permanecendo até o presente momento. Situação um tanto quanto complicada, pois, como falar de inclusão digital na escola do campo mantendo essas condições? É um momento difícil onde os alunos enfrentam grande dificuldade em utiliza-la nas atividades de sala de aula. Haja visto ainda ser distribuída entre o laboratório de informática, secretaria, direção, sala dos professores e coordenação;

Esta conexão é utilizada pela secretaria, coordenação e direção para acessos ao SIGEDUCA, correio eletrônico, bem como atualizar dados da instituição e servidores. E por professores, que efetuam o lançamento do diário de classe no SIGEDUCA, inclusive, com muita dificuldade pelo fato da baixa velocidade de conexão com a internet.

O sistema operacional utilizado no laboratório de informática é o Linux Educacional 3.0, bem e todos os aplicativos são arquitetados em software livre. Isto é uma política dos governos Federal e Estadual para manter a utilização destes meios nas instituições públicas. Dá-nos a compreender que a concepção norteadora desses governos ao introduzir um laboratório de informática em uma escola é que a mesma possa trabalhar com uma proposta pedagógica que pressupõe o aluno como sujeito na construção do conhecimento e os equipamentos como recursos facilitadores deste processo.

Implantação e utilização da Casa Digital - O MDA, (2011) registra que o processo de instalação das casas digitais no Brasil iniciou por meio do projeto “Territórios Digitais” criados especificamente para o meio rural, logo no início do ano de 2008. As ações do projeto “Territórios Digitais” são realizados em territórios com baixo índice de desenvolvimento Humano (IDH) incluídos no programa territórios da cidadania. Até o mês de outubro de 2011 havia um total de 108 Casas Digitais distribuídas em todo Brasil. (MDA Comunidades, 2011).

De acordo com Moura, (2010) a intenção de se propor uma metodologia própria para as comunidades rurais surgiu,

A partir de experiências acumuladas pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural em parceria com a Universidade Federal do Ceará - UFC, Banco do Nordeste do Brasil - BNB e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, dentro de 02 Projetos de

Assentamentos – PA no estado do Ceará e 01 PA no Rio Grande do Norte em parceria com o INCRA, Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET (hoje transformado em Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – IFET) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, detectamos pontos positivos e frágeis para que pudéssemos propor uma metodologia própria para as comunidades do meio rural. (MOURA, 2010).

O projeto de Inclusão Digital (Casas Digitais) parte da perspectiva de proporcionar uma cultura digital no âmbito dos Territórios da Cidadania, articulando, desse modo às novas tecnologias ao processo produtivo dos sujeitos do campo, de modo que se possa avançar no desenvolvimento sustentável das comunidades camponesas. Nesta perspectiva, as Casas Digitais vem somar no sentido de contribuir com a formação de multiplicadores capazes de dialogarem com a comunidade, tornando do próprio meio um espaço de convívio solidário, construção de conhecimento e de vivência cultural (MOURA, 2010).

As Casas Digitais são espaços públicos e gratuitos e operam segundo um projeto pedagógico que define os eixos e habilidades essenciais na formação de educadores do campo para uso do computador em processos educativos, partindo de questões socialmente mais amplas relacionadas à inclusão digital.

O Projeto Político Pedagógico que vimos construindo coletivamente para o uso destas Casas Digitais instaladas a partir da Licenciatura em Educação do Campo, nos assentamentos e áreas quilombolas nas quais residem os educandos da LEdoC, têm os seguintes objetivos;

- Discutir as possibilidades contra-hegemônicas que o uso do computador e da internet trazem.
- Realizar oficinas na perspectiva de contribuir com a formação de multiplicadores dialógicos que tenham como princípio tornar as Casas Digitais um espaço educativo, de convívio solidário, de vivência cultural e, sobretudo de construção de conhecimentos que ajudem a resolver problemas do assentamento e comunidade.
- Realizar oficinas de formação sobre temáticas comunitárias que incorporem as tecnologias digitais em seu desenvolvimento.
- Integrar o uso das tecnologias às atividades educacionais da escola, às atividades culturais, produtivas e comerciais da comunidade.

É a partir destas articulações políticas e educacionais que objetivamos instituir nas Casas Digitais que estão em funcionamento nas comunidades camponesas, quilombolas, ribeirinhas, indígenas e outras.

Os locais que recebem as Casas Digitais são espaços públicos, que no mínimo devem contar com uma infraestrutura para receber os equipamentos, como: dispor de energia elétrica, sala com garantia de segurança aos equipamentos de informática, computadores, antena via satélite, roteador wireless e mobiliários. O local de instalação deve, estrategicamente, estar situado em locais de fácil acesso, tornando assim um lugar público com facilidade de utilização pelos usuários. De preferência apontado pelas lideranças comunitárias.

A micro-região Paulo Freire juntamente com a EE Paulo Freire foram beneficiadas com o projeto Territórios Digitais. O Projeto Territórios Digitais consiste na implantação de Casas Digitais como “espaços públicos e gratuitos com acesso a computadores e internet em assentamentos e comunidades rurais” (MOURA, 2010).

Os estudantes da LEdoC turma II, juntamente com a FUP tiveram uma importante contribuição neste processo. Isto se deve ao fato de uma visita realizada na FUP no ano de 2009 pela representante do NEAD (Rossana Moura) à turma LEdoC II. Na oportunidade a representante do NEAD apresentou a estes estudantes o Projeto Territórios Digitais, afirmando que o mesmo tem como objetivo principal levar Casas Digitais a todas as comunidades rurais do país. Logo, as comunidades representadas por estes estudantes da Educação do Campo foram contempladas com uma Casa Digital.

A Casa Digital “Paulo Freire” foi instalada em uma sala de aula, cedida pela EE Paulo Freire. Haja vista, ser uma instituição parceira na organização e gestão das atividades desenvolvidas com disponibilidade de infraestrutura e área de maior acesso da comunidade. Por meio da parceria com a EE Paulo Freire atualmente a Casa Digital dispõe de um monitor contratado pela SEDUC, contribuindo com o atendimento juntamente com os demais voluntários que se prontificaram a prestar total apoio nas situações necessárias.

A comunidade recebeu a Casa Digital no ano de 2010, equipada com a seguinte estrutura: 10 computadores estações, 01 servidor central, 21 cadeiras, 11 mesas, 01 impressora e conexão com internet GESAC. Em meio a todo este período de funcionamento a manutenção dos computadores tem sido de péssima qualidade, pois, há muita demora por parte da empresa responsável em prestar atendimento. Com isso, em muitos momentos os equipamentos têm permanecido impossibilitados de serem utilizados pelos usuários por longos períodos. No entanto, tem sido um espaço frequentemente utilizado por educandos da

EE Paulo Freire e pessoas da comunidade por disponibilizar de conexão com internet um pouco melhor que o próprio laboratório da escola. O que de certa forma têm sido facilitador no apoio das atividades escolares, aprendizagem, comunicação, interação, etc.

Justificativa, problema de pesquisa, objetivos

Quando pensamos a existência de sujeitos do campo em fase de escolarização (os alunos da EE Paulo Freire), a disponibilidade de computadores para uso destes alunos (Computadores da Casa Digital, o laboratório da escola) e a história que nos revela os processos de expulsão dos camponeses do campo, julgamos que é pertinente tentar entender se estes três elementos articulados podem gerar novas condições e situações para que se supere os problemas referentes à necessidade de sair do campo ocorridos nesta comunidade.

Logo, nos parece pertinente saber se o Projeto de Inserção das Casas Digitais e a disponibilidade e uso de computador e internet pode de alguma forma contribuir para a permanência do homem no campo e principalmente dos estudantes do campo em suas comunidades.

A questão central desta pesquisa é então: Em que a Casa Digital qualifica os processos educativos vivenciados na escola Paulo Freire no sentido de fortalecer a resistência dos educandos aos processos de expulsão destes sujeitos do campo?

Desta questão de pesquisa derivam os seguintes objetivos:

Objetivo Geral

- Investigar como a Casa Digital qualifica os processos educativos vivenciados na escola Paulo Freire no sentido de fortalecer a resistência dos educandos aos processos de expulsão destes sujeitos do campo.

Objetivos específicos

- Identificar usuários e não usuários da Casa Digital no grupo total de alunos do ensino médio;
- Analisar os usos que os educandos fazem dos recursos da Casa Digital;
- Verificar avanços da formação dos alunos usuários quanto à cognição, cultura, economia e política a partir do uso da Casa Digital.

CAPÍTULO II

Metodologia

Pesquisa Qualitativa - Busca-se neste trabalho uma abordagem qualitativa justificada pelos elementos do contexto, do problema apresentado, das questões de pesquisa, dos objetivos e da fundamentação teórica. Adotaremos o tipo de pesquisa apresentado por Ludke & André (1986) como pesquisa qualitativa.

Conforme Ludke & André (1986), a pesquisa qualitativa se baseia nas seguintes fases:

- ✓ A primeira fase consiste em ter o “ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. Neste sentido, procuramos acompanhar bem de perto a situação estudada, pois, a presença do pesquisador no ambiente da pesquisa é de fundamental importância, em que o fenômeno estudado é profundamente compreendido se for observado em seu próprio contexto. Se observado fora de seu contexto, as possibilidades de falsificar a realidade e criar interpretações equivocadas são bem maiores. Neste caso os sujeitos pesquisados foram educandos do ensino médio da EE Paulo Freire. Com isso, as descrições retratadas neste trabalho estão cheias de informações e significados constatadas pelo pesquisador, e transmitidas pelo ambiente pesquisado.
- ✓ A segunda fase é a coleta de dados predominantemente descritivos: inclui transcrições de entrevistas e de depoimentos, fotografias, desenhos e extratos de vários tipos de documentos. Ou seja, a partir dessa contribuição fica evidente que a pesquisa qualitativa é predominantemente descritiva. Em nosso caso os dados coletados vem a descrever a opinião dos educandos referente à sua auto percepção e acerca de suas interações com as tecnologias digitais da Casa Digital “Paulo Freire”. Os dados coletados estão organizados por palavras e imagens gráficas, não somente por números. Nesta perspectiva, procuramos dar o máximo de atenção possível para a realidade em que as observações foram sendo realizadas, visto que são dados de extrema importância.
- ✓ A terceira fase está relacionada ao “significado que as pessoas dão as coisas e a sua vida é foco de atenção especial pelo pesquisador”. Neste caso, procuramos voltar a nossa atenção à compreensão dos sujeitos (educandos da EE Paulo Freire) sobre saberes diversos indispensáveis para a realização deste trabalho. Buscamos

ainda, a contribuição de outros autores que trazem compreensões teóricas acerca de outros temas como: letramento digital e inclusão digital.

- ✓ A quarta fase está centrada pela seguinte maneira: A “preocupação com o processo é muito maior do que com o produto”. Nossa escrita está sustentada no detalhamento e discussão dos processos de inclusão e letramento digital dos educandos da comunidade “Paulo Freire”, com a intenção de analisar status processuais que conferem maior ou menor impacto sobre os processos de nossa pesquisa. Nesse sentido, os diferentes pontos de vista dos participantes nos proporcionaram o avanço do nosso trabalho. As informações recebidas tiveram um valor especial pelo pesquisador, pois foi através delas que detectamos a clareza do problema em destaque.
- ✓ Na quinta fase “A análise dos dados tende a ser um processo indutivo”. Neste sentido nosso trabalho traz uma contextualização do ambiente em estudo, definição do tema, problema de pesquisa, os objetivos, a fundamentação teórica e o método de pesquisa. Ou seja, são delineamentos que nos levam a conclusões prováveis.

A partir do que está descrito acima justificamos este parágrafo com a afirmação de Trivinos (2008, p.130 apud FERREIRA, 2010, p.66). “Na pesquisa qualitativa de forma muito geral, segue-se a mesma rota ao realizar uma investigação. Isto é, existe a escolha de um assunto ou problema, uma coleta e análise das informações”. Ou seja, isso representa uma sequência que vem a dar um norte a o trabalho, porém, não significa que deve ser algo definido, mas que é possível prever algumas conclusões de caráter provisório.

Estudo de Caso - Utilizaremos desta estratégia de pesquisa para nosso trabalho. As características e princípios dos estudos de caso são destacados por Ludke e André (1986):

- ✓ Visa à descoberta; Mesmo que o investigador tenha alguns pressupostos teóricos, novos elementos importantes vão surgindo e o mesmo poderá ir sendo alterado durante o estudo.
- ✓ Enfatiza a interpretação de um contexto; O tema pode partir de uma conjuntura geral, até se situar em um contexto mais consistente. É o que pretendemos trazer na fundamentação teórica situando o tema de estudo em seu tempo histórico.
- ✓ Busca retratar a realidade de forma complexa e profunda; A situação real é apresentada com intuito de conhecer a realidade enfrentada pelos entrevistados.

Neste sentido, a realidade fica explícita sem nenhuma dificuldade de interpretação.

- ✓ Usa uma variedade de fontes de informação; As informações se desdobrarão a partir da concepção e utilização dos educandos no que se refere a os equipamentos de comunicação digital e equipamentos de conectividade.
- ✓ Busca apresentar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes na situação social analisada;
- ✓ Utiliza uma linguagem e uma forma mais acessível do que os outros relatórios de pesquisa; Em nosso caso a linguagem foi facilitada e acessível ao entendimento de todos, visto, que o pesquisador já tem uma aproximação e interação com os sujeitos e com o próprio meio.
- ✓ Utiliza diversas fontes de informação, revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas; de certa maneira foram proporcionadas situações que possibilitou o entrevistado a ter facilidade em expor suas informações, sem nenhum constrangimento.

Quanto aos questionamentos e objeções decorrentes da aplicação dos estudos de caso, Gil (2002) faz uma alusão a estes fatos exigindo uma seriedade necessária por parte dos pesquisadores que optam em fazer uso deste meio.

Convém ressaltar, no entanto, que um bom estudo de caso constitui tarefa difícil de realizar. Mas é comum encontrar pesquisadores inexperientes, entusiasmados pela flexibilidade metodológica dos estudos de caso, que decidem adotá-lo em situações para as quais não é recomendado. Como consequência, ao final de sua pesquisa, conseguem apenas um amontoado de dados que não conseguem analisar e interpretar. (GIL, 2002 p.55).

Entre as objeções relatadas por Gil (2002) as que são mais comuns e pronunciadas por algumas pessoas se destacam abaixo:

- ✓ A falta de rigor metodológico: A aplicação de estudo de caso não requer um procedimento metodológico rígido, por este motivo há muitos questionamentos em que acham comprometer na qualidade dos resultados. No entanto, o mesmo autor defende que quanto a estes vícios não são exclusivos do estudo de caso, mas que pode ser constatada em qualquer outra modalidade de pesquisa. Porém, os pesquisadores devem redobrar seus cuidados no planejamento, na coleta e na análise dos dados, para que sejam minimizados estes vieses.
- ✓ Dificuldade de generalização: A análise de um único caso na verdade é muito frágil para ser generalizado. Porém, não é típico do estudo de caso propor

conhecimentos precisos de uma população, mas de identificar possíveis fatores como também proporcionar uma visão global do problema.

✓ Tempo destinado à pesquisa: Muitos acham que os resultados são poucos consistentes em razão de o estudo de caso demandar muito tempo para ser realizado. Isso realmente aconteceu ainda com as primeiras experiências nas Ciências sociais, mas atualmente há acúmulos das últimas décadas que provam resultados passíveis de confirmação por outros estudos e com períodos de tempo bem mais reduzidos.

Sujeitos Pesquisados - A proposta deste tópico é retratar o perfil dos sujeitos entrevistados que fazem parte desta pesquisa. Afirmamos serem sujeitos que se demonstraram altamente dispostos em contribuir com o processo de pesquisa e trouxeram importantes contribuições para a concretização deste trabalho.

Foram pesquisados vinte (20) educandos do ensino médio da EE Paulo Freire com idade entre 15 e 20 anos e organizados por meio de três (3) grupos focais, sendo que dois (2) grupos foram compostos por seis (6) integrantes cada e um (1) com oito (8). Levamos em consideração a heterogeneidade de gênero na formação dos grupos, onde metade dos integrantes eram homens e outra eram mulheres.

Neste sentido, em grande medida procuramos saber sobre os processos vivenciados por estes educandos em seu uso da Casa Digital.

Instrumentos de coleta - Utilizamos como principal instrumento para levantamento de dados o grupo focal. De acordo com Gui, (2003) “no grupo focal não se busca o consenso e sim a pluralidade de ideias”. Neste sentido, seu principal objetivo é revelar as percepções dos entrevistados sobre os diferentes tópicos levantados pelo pesquisador por meio de um ambiente social onde lhe é possibilitado à interação de um com os outros, apresentando, defendendo e revendo suas opiniões.

A técnica de grupo focal como qualquer outra, possui suas características, vantagens e limitações. Para esta compreensão contamos com a contribuição de Berg, (1998) apud Gui, (2003) que descreve as características, vantagens, limitações e participantes de um grupo focal da seguinte forma:

Principais características de um grupo focal

- Objetivo ou problema de pesquisa claramente definido;
- Características do grupo, tais como a homogeneidade ou heterogeneidade de seus membros e a adequação de sua composição para os propósitos da pesquisa;
- Qualidade da relação estabelecida entre o pesquisador e os membros do grupo,

clima de confidencialidade em relação aos assuntos discutidos e facilitação da fala espontânea dos participantes;

- Facilitador preparado e bem organizado, que tenha clareza sobre as questões a serem propostas para discussão;
- Ouvir atento do facilitador, que permita a emergência de novos temas não previstos no planejamento inicial;
- Estrutura, direcionamento e contribuição restrita do facilitador para a discussão do tema, evitando opiniões e comentários substantivos;
- Assistente de pesquisa que ajude a elaborar notas sobre a dinâmica grupal, a transcrever as falas ou lidar com os equipamentos de registro de voz ou vídeo, quando permitidos e utilizados;
- Registro sistemático das informações de maneira a permitir o uso de técnicas de análise de conteúdo por quaisquer pessoas interessadas em elaborar conclusões sobre os dados.

Vantagens na utilização de grupo focal

- É um recurso rápido
- Possibilita o acesso a uma grande variedade de tópicos selecionados segundo o interesse do pesquisador;
- Dispõe de aplicação relativamente fácil; No entanto exige que o facilitador esteja prontamente preparado.
- A interação grupal possibilita aos participantes a entenderem os problemas e finalmente encontrar a solução para os mesmos (insights).
- Possibilidade de observar a interação das pessoas em torno do tema proposto, evidenciando-se as similaridades e as diferenças nas opiniões e experiências.

Gui (2003) et al. declararam: “Em grupos, é possível observar os padrões de argumentação e, por meio disso, testemunhar os processos de pensamento na prática, como os respondentes se comprometem no entra-e-sai da discussão”.

Os participantes do grupo focal para este trabalho foram escolhidos de acordo com os propósitos da pesquisa. No entanto, existe uma pluralidade de pensamentos por parte de muitos autores, quanto à composição de um grupo focal.

Gui (2003) apresenta o pensamento defendido por Morgan (1997), que recomenda a utilização de pessoas estranhas para compor o grupo, devendo respeitar a organização de três

a cinco grupos compostos entre seis a dez pessoas cada, números maiores de grupos raramente produz mais informações. Também de Giovinazzo (1997), que considera a composição de grupos entre oito e doze pessoas, se o número de integrantes excederem este limite é aconselhável dividir o grupo.

Porém, a experiência desenvolvida por Gui (2003) utilizou-se da técnica de participantes voluntários mediante convite, compondo cinco grupos com seis a onze participantes cada. Foi embasado nestas experiências que ousamos realizar a composição dos grupos para este trabalho.

Questões para o grupo focal - Nossas perguntas direcionadas a identificação dos usos de computadores e internet junto aos alunos do grupo focal foram:

- Vocês usam a Casa Digital? Se não usam, por quê?
- Vocês usam computador da Casa Digital para aprender coisas novas ou ensinar algo a alguém? O que aprendem e o que ensinam usando computadores?
- Vocês usam computador da Casa Digital para ouvir ou baixar música, para conhecer outros lugares, para ver ou fazer arte? O uso do computador muda alguma coisa na sua vida cultural? O quê?
- Vocês usam computador da Casa Digital para ganhar dinheiro ou para produzir alguma coisa que dê retorno financeiro? Já ganharam algum dinheiro a partir do uso dos recursos da Casa Digital? Em que o uso da Casa Digital tem contribuído para sua vida financeira?
- Vocês usam computador da Casa Digital para saber alguma coisa de política ou para se manifestar a respeito da política? O quê fazem neste sentido? O computador te ajuda a manifestar suas opiniões? Como? Ter acesso a computador ampliou sua visão do mundo político? Como?

Diário de campo - A utilização do diário de campo também foi um instrumento de extrema importância na realização desta pesquisa. Pois, com a utilização do mesmo tivemos a oportunidade de registrarmos vários acontecimentos, reflexões e comentários que foram observados e relatados pelo pesquisador durante o decorrer da pesquisa. Com isso, tivemos um apanhado de dados importantes que contribuíram em nossa análise de dados.

O diário de campo é definido por Falkembach (1987:21/22 apud CRUZ 2007, p. 7) como “um instrumento de anotações – um caderno com espaços suficiente para anotações, comentários e reflexão – para uso individual investigador no seu dia-a-dia, tenha ele o papel formal de educador, investigador ou não”.

Cruz (2007) et al . Expressam que no diário de campo “se anotam todas as observações de fatos concretos, fenômenos sociais, acontecimentos, relações verificadas, experiências pessoais do investigador, suas reflexões e comentários. Ele facilita criar o habito de observar com atenção, descrever com precisão e refletir sobre os acontecimentos de um dia de trabalho”.

Para que possamos ter um panorama acerca de experiências com este instrumento, vale recorrer a Remi, Hess que relata o seguinte:

...o diário foi, para mim, uma técnica indispensável, uma passagem, que me permitiu estar claro com minhas próprias idéias. Os funcionamentos do “foro íntimo” (seu próprio pensamento) ou “do fórum exterior” (grupos de pesquisa) onde se estabelecem as ligações que dão senso à pesquisa são transdutivos. A transdutividade é rica, mas dissociativa... Se se quiser sair desta dissociação que vive a maioria dos pesquisadores, se se quiser impedir de assimilar a pesquisa à publicação dos catálogos de “pesquisas” anteriores, é necessário, um dia, decidir-se explorar a transversalidade das situações de maneira multirreferencial. O diário permite ao mesmo tempo sair da inibição e arriscar este salto qualitativo do acesso ao conceito... (REMI HESS, 1996, p. 62-63 Apud WEB ARTIGOS).

Pretende-se com esse instrumento ressaltar a importância da observação em momentos de reflexões e trocas de experiências vivenciadas por estes educandos.

Diante da metodologia proposta, complementaremos este trabalho monográfico por meio da fundamentação teórica a ser apresentada a seguir.

CAPÍTULO III

Suporte Teórico

Computadores, internet e educação

Vamos explorar este assunto a partir do contexto de estudo, com a contribuição de alguns estudos realizados em escolas do campo por meio do PRONACAMPO. Posteriormente, iremos apresentar alguns dados mais gerais do uso do computador e internet por educandos do meio urbano, visto não existir muitos estudos referentes a este uso no campo. Para isto, contaremos com as contribuições principais de Moura (2010), Buzato (s.d), Valente (s.d) e Moran (s.d.), que irão permear nossas discussões.

Conforme se pôde observar a comunidade dispõe de dois espaços para utilização do computador e internet, o laboratório da escola e a Casa Digital. Porém, o primeiro não oferece condições favoráveis de uso, pois, não disponibiliza de boa conexão com a internet, o que de certa forma impossibilita aos usuários de realizarem com êxito suas atividades. Como também de prestar apoio eficiente aos educandos e educadores no desenvolvimento das atividades escolares, tanto na aprendizagem, quanto na comunicação e interação.

O processo de inclusão digital é composto por: sujeitos capazes de dominarem tecnicamente as tecnologias e meios de comunicação, cidadãos conscientes de seus direitos e exercendo-o em sua totalidade, computadores em boas condições de uso, internet de alta qualidade, ambiente favorável, etc.

Inclusão Digital não é apenas a inserção do computador no contexto da comunidade ou Assentamento, é algo que vai muito além. É preciso ajudar e incentivar as famílias a uma cultura digital possibilitando o desenvolvimento pessoal e coletivo nos diversos aspectos através de pesquisas, socialização de saberes e produção de novos conhecimentos que ajudem aos povos viverem melhor no meio que estão inseridos, ou seja, no campo. (MOURA, 2010).

Portanto, nossa intencionalidade é explorar ainda mais com as crianças, jovens, professores e comunidade em geral o acesso a essas tecnologias, pois a importância de se promover a introdução e a exploração desses recursos é indispensável para as comunidades rurais. O campo não deve continuar omissos a acontecimentos e informações que circulam em todo o mundo. Deve-se haver um esforço crítico quanto à negação do saber tecnológico.

Segundo Buzato, (s.d., p. 9) “professores e alunos são autores relevantes” e neste sentido há uma grande necessidade em fazer com que os alunos aprendam utilizar dos recursos tecnológicos com toda propriedade possível em suas atividades cotidianas. Tais como: saber montar planilhas de cálculos, apresentações eletrônicas, websites, explorar o

trabalho em equipe, bem como, conhecer os gêneros e linguagens que os alunos criam/adquirem em práticas de linguagem no meio digital e saber integrá-los de forma crítica e construtiva ao cotidiano da escola.

É importante ressaltar que com o processo informatizado da construção do saber todos ganham: escola, professor, aluno e por fim toda a comunidade.

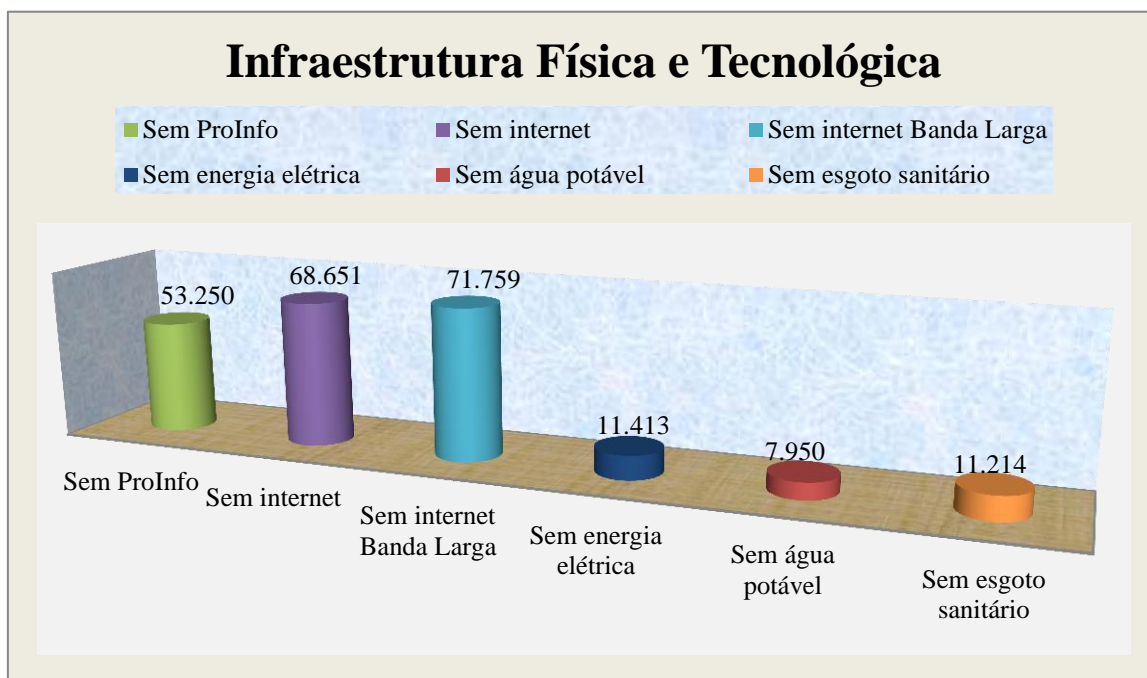
Tendo a informática educativa como princípio, ambos (aluno e professor) aprendem e o computador é a ferramenta facilitadora nesse processo. Desta forma, o professor aprende com o aluno, o aluno com o professor e ambos com o computador e software disponíveis. “Aprender é passar da incerteza a uma certeza provisória que dá lugar as novas descobertas e a novas sínteses” (MORAN, s.d., p. 8).

A este respeito Valente (s.d.) também defende que o computador pode provocar uma mudança no paradigma pedagógico. “A posição apresentada por ele se sustenta no paradigma construcionista em que o aluno não é mais instruído, ensinado, mas é o construtor do seu próprio conhecimento”. Isso é possível pelo fato de o aluno interagir com os ambientes de aprendizagem, assim a ênfase está na aprendizagem e não no ensino.

Neste sentido, o computador não é um mero colaborador do professor na transmissão de conhecimentos, mas pode alterar paradigmas pedagógicos. Sendo assim, se faz necessário que as instituições educacionais operacionalizem as maneiras de utilização do computador por professores e alunos, conscientizando-os da importância de um profissional criativo, crítico, com capacidades de pensar e do aprender a aprender.

Alguns dados apresentados por meio do PRONACAMPO dos últimos 05 anos em escolas do campo retratam uma realidade bastante caótica, onde se demonstra informações do meio rural em que existe alto índice dos sujeitos jovens que não tem pontos com acesso a computadores e internet. Isto se deve ao fato de pelo ou menos as escolas oferecerem esse suporte, porém, o que acontece é que muitas das escolas do campo não possuem infraestrutura física e tecnológica. A maior parte das escolas do campo está estruturada nas seguintes condições:

Figura 3- Infraestrutura física e tecnológica das escolas do campo



Fonte: Senso Inep/2011

- Sem Proinfo 53.250 percentual de 67,5%
- Sem internet 68.651 percentual 90,1%
- Sem internet Banda Larga 71.759 percentual 94,1%
- Sem energia elétrica 11.413 percentual 15,0%
- Sem água potável 7.950 percentual 10,4%
- Sem esgoto sanitário 11.214 percentual 14,7%

Estas são, na verdade, as condições oferecidas para os jovens do campo que por não terem condições dignas em seu próprio meio, muitas das vezes são obrigados a deixarem o convívio familiar, o amor à terra e à cultura local para irem até os centros urbanos à procura de oportunidades. Estas são situações lamentáveis e reais que pressionam e expulsam do campo jovens que se obtivessem melhores condições em seu próprio meio poderiam continuar contribuindo com suas comunidades.

Como um jovem em pleno século XXI pode conviver em uma comunidade onde não há local de acesso às tecnologias digitais? A situação é pertinente e merece ser tratada com mais respeito pelos governantes. Não é porque são jovens do campo que devem ser menosprezados e não ter acesso à cultura digital. No mínimo as escolas deveriam dar suporte a estes jovens. Possuir laboratórios de informática bem equipados com bons computadores e internet de alta conexão. Pois algumas escolas do campo estão recebendo laboratórios, mas as conexões com internet são de péssimas condições.

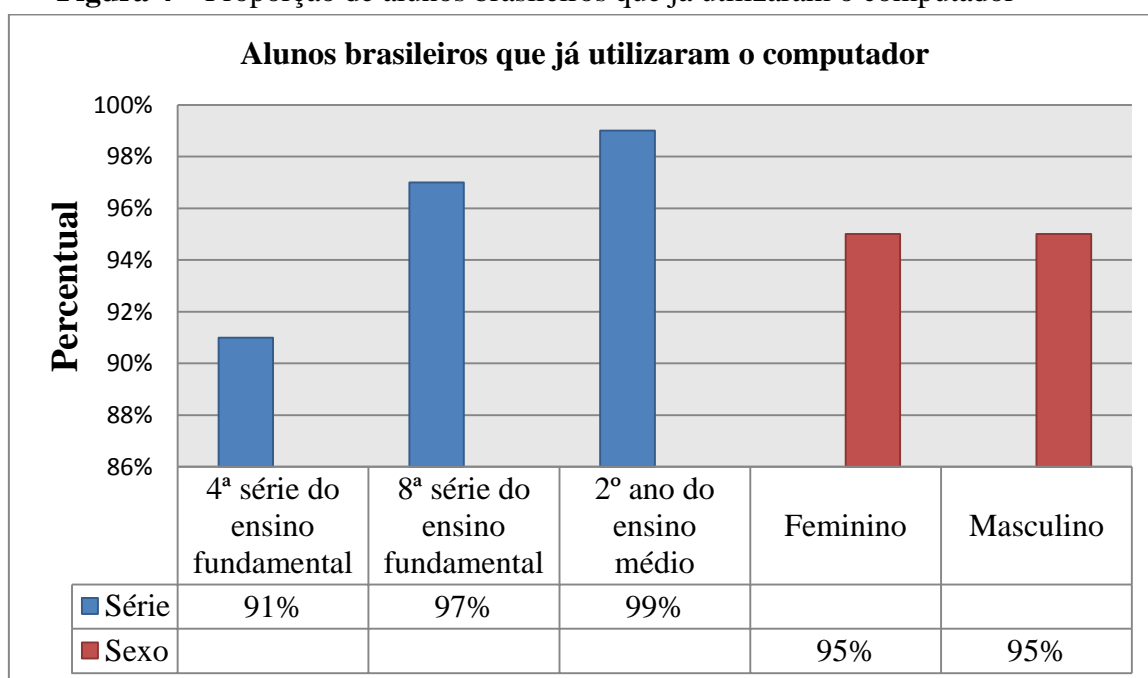
Sem dúvida alguma, os itens que estão elencados no gráfico anterior são apenas alguns indicadores apontados nas escolas do campo, com certeza há muitos outros, como: saúde, transporte, lazer, etc.

Quando mencionamos a necessidade da escola do campo se apropriar dos recursos tecnológicos digitais, não é simplesmente para que o aluno seja “ensinado”. Defendemos aqui outra maneira de utilizar o computador na educação, “um novo paradigma que promova a aprendizagem ao invés do ensino”, ou seja, “uma nova abordagem educacional que muda o paradigma pedagógico do instrucionismo para o construcionismo” (VALENTE, s.d).

De acordo com Valente (s.d., p.1), o computador pode enriquecer ambientes de aprendizagem onde o aluno, interagindo com os objetos desse ambiente, tem chance de construir o seu conhecimento. Neste sentido, o professor será o mediador para que o aluno consiga o conhecimento.

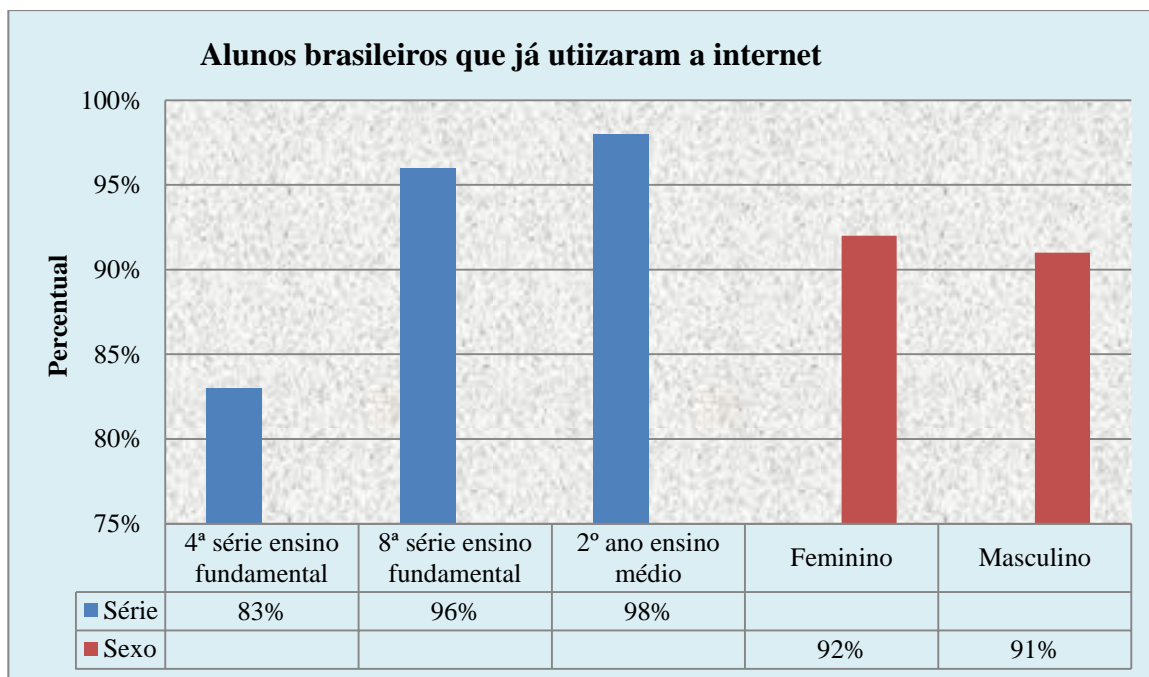
Na intencionalidade de conhecermos como estão sendo utilizadas tais ferramentas na educação, apresentaremos a seguir alguns dados que apresentam usos do computador e conectividade por diversos alunos brasileiros durante o ano de 2011.

Figura 4 – Proporção de alunos brasileiros que já utilizaram o computador



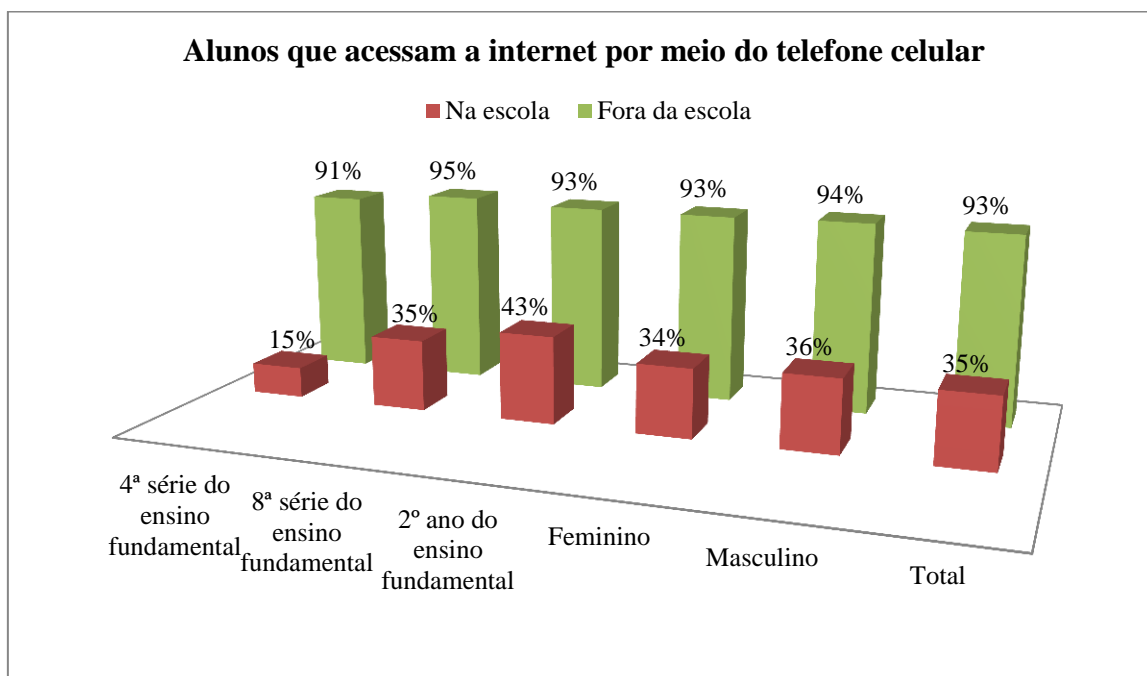
Base: 6364 alunos Fonte: NIC.br – out/dez 2011

Figura 5 – Proporção de alunos brasileiros que já utilizaram a internet



Base: 6364 alunos /Fonte: NIC.br – out/dez 2011

Figura 6- Alunos brasileiros que acessam a internet por meio do telefone celular



Base: 1972 alunos Fonte: NIC.br – out/dez 2011

Estes são dados apresentados pelo Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic.br) em pesquisas realizadas nas escolas urbanas do Brasil no ano de 2011.

PRONACAMPO - Para mencionarmos este assunto recorremos a o documento Orientador do PRONACAMPO instituído em janeiro de 2013 em conjunto pelo MEC, SECADI, DPECIRER e CEGEPC, que faz uma explanação da construção, estrutura e objetivo do PRONACAMPO.

O PRONACAMPO é o Programa Nacional de Educação do Campo, construído pelo Grupo de Trabalho coordenado pelo MEC/SECADI, formado pelo Conselho dos Secretários Estaduais de Educação – CONSED, União dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF, Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro - RESAB, Universidade de Brasília – UNB e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, predestinados a atender as demandas dos sistemas de ensino e dos Movimentos Sociais.

O PRONACAMPO foi estruturado a partir do decreto nº 7.352/2010, em que se constitui de um conjunto de ações ao acesso e a permanência na escola, a aprendizagem e a valorização do universo cultural dos sujeitos do campo, estruturado por meio de quatro principais eixos:

- ✓ Formação inicial e continuada de professores;
- ✓ Gestão e práticas pedagógicas;
- ✓ Infraestrutura física e tecnológica;
- ✓ Educação de jovens e adultos e Educação Profissional.

Na implementação do PRONACAMPO foi proposto algumas alterações legais por meio:

- ✓ Do PL 3.534/2012, para alteração da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, que deverá considerar a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.
- ✓ Da medida provisória nº 562 de 2012, convertida na lei nº 12.695 de 25 de julho de 2012, para viabilizar assistência financeira à oferta de Educação do Campo, contemplando a proposta pedagógica por alternância realizada por instituições conveniadas com os sistemas de ensino, a educação de jovens e adultos por meio da proposta Saberes da Terra e o PRONERA.

Neste sentido, o objetivo geral do PRONACAMPO se constitui por meio de um conjunto de ações articuladas que asseguram a melhoria do ensino nas redes existentes. Por meio de: disponibilizar apoio técnico e financeiro aos Estados, municípios e Distrito Federal para a implementação da Política de Educação do Campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da Educação Básica e Superior, por meio de ações que venham melhorar as condições de infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos educandos do campo e quilombolas, em todas as etapas e modalidades de ensino.

Escola do campo, exclusão social e das quatro dimensões da exclusão social

Antes de traçarmos reflexão acerca do tema exclusão social e dos quatro principais elementos da exclusão social, primeiramente, utilizaremos como destaque especial algumas reflexões baseadas ao conceito de escola do campo mencionado pelas companheiras Mônica Castagna Molina e Laís Mourão Sá, o qual se encontra no Dicionário da Educação do Campo, importante obra que nos ajudará neste processo.

Escola do Campo - Para que possamos mencionar este assunto, primeiramente é necessário situarmos o movimento da educação do campo em seu contexto histórico. Pois não há como falarmos de escola do campo sem mencionarmos o movimento da educação do campo, onde o avanço da escola do campo segue em paralelo com o movimento da educação do campo, marcado pela luta da classe trabalhadora ao longo de sua história.

A Educação do Campo nasceu das demandas dos movimentos sociais na construção de uma política educacional para os assentamentos da reforma agrária. Dessa demanda também nasceu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e a Coordenação Geral de Educação do Campo. As expressões Educação na Reforma Agrária e Educação do Campo nasceram simultaneamente, são distintas e se complementam. A educação na Reforma Agrária refere-se às políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Neste sentido a Educação na Reforma Agrária é parte da Educação do Campo, “compreendida como um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo” (MOLINA, 2009, p. 188).

Como parte dos princípios da Educação do Campo está o reconhecimento e a valorização dos diferentes saberes já construídos pelos sujeitos do campo, a partir de sua história de vida, de seus valores, de sua cultura, das diferentes formas de se relacionar com a

natureza, a partir de suas experiências e práticas de trabalho, que, em grande medida, são constitutivas de sua identidade.

A Educação do Campo compreende os processos culturais; as estratégias de socialização; as relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo em suas lutas cotidianas para manterem esta identidade, como elementos essenciais de seu processo formativo (MOLINA, 2009, p. 188).

É com esta história de luta que apresentamos o conceito de escola do campo. O conceito de escola do campo se define como: “aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo”. (BRASIL, 2010 apud MOLINA e SÁ, 2012).

Neste sentido, o movimento da educação do campo dá um salto muito importante, pois, através desta definição fica reconhecida a demarcação das escolas do campo, como também a identidade destes sujeitos em territórios urbanos caracterizados como camponeses. De acordo com Molina e Sá (2012, p.326 – 327) as concepções de escola do campo se fundamentam em duas dimensões;

- I. A concepção de escola do campo nasce e se desenvolve no bojo do movimento da Educação do Campo, a partir das experiências de formação humana desenvolvidas no contexto de luta dos movimentos sociais camponeses por terra e educação. Trata-se, portanto, de uma concepção que emerge das contradições da luta social e das práticas de educação dos trabalhadores do e no campo. Esta concepção propõe a ligação da escola com a vida, onde o sujeito é extremamente valorizado no processo de luta pela construção do conhecimento. Busca estudar e trabalhar com a realidade. Estudar a realidade é estudar sua própria experiência em um contexto geral e local, mostrando também as contradições recorrentes da realidade.
- II. A concepção de escola do campo se insere também na perspectiva gramsciana da Escola unitária, no sentido de desenvolver estratégias epistemológicas e pedagógicas que materializem o projeto marxiano da formação humanista omnilateral, com sua base unitária integradora entre trabalho, ciência e cultura, tendo em vista a formação dos intelectuais da classe trabalhadora. Esta concepção transforma a maneira que as escolas lidam com a vida e o conhecimento, não separando o trabalho manual do trabalho intelectual. A categoria trabalho é essencial para ser trabalhado com as crianças na escola. O trabalho socialmente útil pode ser trabalhado pelas escolas, por meio da

organização do trabalho pedagógico, da relação professor/aluno, aluno/professor e escola/comunidade. A escola do campo deve ser mediada pelas relações sociais, espaços coletivos de gestão e participação, entre, comunidade, alunos, escola. Deve ainda, superar as funções da escola capitalista que utiliza da fragmentação do conhecimento. Deve relacionar o conhecimento em um contexto sócio histórico, desenvolvendo atividades de compreensão e olhar por meio de condições reais e não idealizadas. Diversificar os tempos educativos também se faz necessário para superar as fragmentações do conhecimento enquadrado pelo sistema capitalista.

Molina e Sá (2012) também fazem referencia há muitas vitórias e conquistas na luta pela concepção de escola do campo, entre elas se destacam a:

Identidade das escolas do Campo: Assegurada por meio das “Diretrizes operacionais para educação básica das escolas do campo, de abril de 2002, expedidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE)”. Somente após muitos anos de experiências e práticas de educação do campo que esta denominação passou a reconhecer e utilizar a expressão escola do campo diferenciando de escola rural. Como também destacou em seu parágrafo único do artigo 2º a seguinte definição:

[...] a identidade das escolas do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País. (BRASIL, 2002 *apud* MOLINA e SÁ. 2012. p. 328).

Projetos institucionais das escolas do campo: “a construção dos projetos político-pedagógicos das escolas do campo se constituirá num espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho” (MOLINA e SÁ. 2012). Este, também está assegurado no artigo 4º das Diretrizes Operacionais que dá total abertura para que os movimentos sociais elaborem para suas escolas o seu próprio Projeto Político Pedagógico a partir de suas concepções e princípios da Educação do Campo.

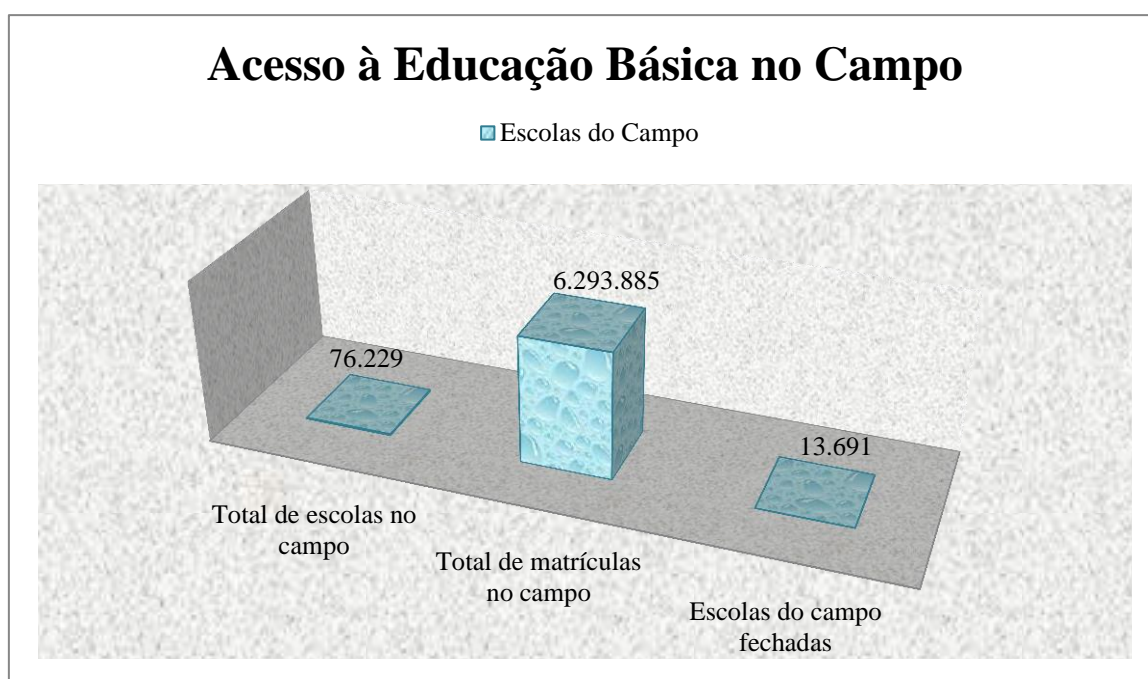
Decreto nº 7.352/2010: Este documento institui a Política Nacional de Educação do Campo e ainda define o que é escola do campo, por meio do seu artigo primeiro, como também retrata os princípios da educação do campo em seu artigo segundo.

É bem verdade que para chegar a estas conquistas e reconhecimentos houve muitos enfrentamentos por parte dos trabalhadores e movimentos sociais, tanto politicamente quanto

ideologicamente. Pois, está em disputa um novo projeto de sociedade e isso não é tão simples assim, por isso há necessidade de estarmos preparados para enfrentar o modelo hegemônico.

As escolas do campo, em muitos locais, já possuem um potencial de experiências muito elevado com capacidade de contribuir com os estudantes e trabalhadores do campo por meio de um processo formativo contra hegemônico. Mas, pensando em um contexto mais geral a escola do campo ainda possui muitos limites, isso significa que as coisas não estão dadas, porém, se faz necessário ter persistência para continuar avançando. Muitas escolas continuam sendo fechadas e educadores sendo destituídos de seus cargos sem nenhum esclarecimento. Informações apresentadas por meio do PRONACAMPO na [figura 6](#), demonstram esta realidade presente no campo:

Figura 7- Acesso à educação Básica no Campo



Fonte: Censo Escolar INEP/2011

Se observarmos atentamente este gráfico, vamos verificar que o número de escolas fechadas é extremamente alto. Enquanto existe um número elevadíssimo de matrículas. Isto significa que as salas de aula da escola do campo são superlotadas ou muitas pessoas estão fora da escola.

Letramento Digital, Inclusão digital e Exclusão social

Vamos tratar esse tema a partir de Corrêa (2007), que procura discutir a exclusão social sob o prisma da sociologia do conhecimento e Ferreira (2009), que faz menção ao tema Inclusão Digital de professores.

Vivemos em uma sociedade em que as exigências e interações com as tecnologias é tida como necessidades do mundo atual. E a escola contemporânea é mais uma vez desafiada a contribuir com este processo, onde o principal desafio é de incorporar o uso das tecnologias ao processo de ensino aprendizagem. Porém, para que isso venha a acontecer se faz necessário que os educadores tenham uma formação preparatória (sejam letrados) para o uso das tecnologias no contexto educacional, o que implica em novas formas de ensinar e aprender.

Segundo (FERREIRA, 2009 p. 20) compreende-se por letramento digital, a situação do sujeito que, conhecedor de técnicas e tecnologias digitais, é capaz de usá-las, para agir no seu meio social, fazer interferências, intervir de maneira a modificar esse meio.

Neste sentido, se faz necessário que os trabalhadores da educação estejam cada vez mais preparados. Precisam estar aptos a desenvolverem estratégias pedagógicas dentro dos espaços educacionais (salas de aulas e laboratórios de informática), para encarar os desafios que estão colocados: alfabetizar, letrar e letrar digitalmente o maior número possível de sujeitos, preparando-os para atuar na sociedade do conhecimento. E isto, não é apenas uma necessidade em si própria, mas, de readequação urgente dos sistemas educacionais para oferecer uma formação condizente para o seu público.

Ser letrado digitalmente não é o mesmo que ser alfabetizado, há uma grande diferença entre um conceito e outro. Buzato (2003) apud Ferreira (2009) acredita que “as pessoas alfabetizadas não são necessariamente letradas”, pois mesmo sabendo ler e escrever, certas pessoas não são capazes de realizar algumas ações:

- ✓ argumentar adequadamente
- ✓ achar materiais que estejam organizados por códigos, como o alfabético por exemplo
- ✓ compreender e reproduzir um gráfico oralmente ou por escrito

Para Buzato (2003), o letramento consiste numa capacidade que supera a aquisição do uso de um código linguístico. O letramento permite a construção de sentidos e, em decorrência disso, a construção de conhecimento. (FERREIRA, 2009 p.19).

Castells (1999^a, p. 98 apud CORRÊA. 2007 p.26), define exclusão social como:

O processo pelo qual determinados grupos e indivíduos são sistematicamente impedidos do acesso a posições que lhes permitiriam uma existência autônoma dentro dos padrões sociais determinados por instituições e valores inseridos em um dado contexto.

Para que possamos definir o que significa exclusão social, também devemos conhecer implicitamente ou explicitamente o seu oposto. Que na maioria das vezes, é

identificado como inclusão social, inserção social ou integração social. Em geral, de certa maneira estes termos revelam situações de exclusão.

Para Corrêa (2007) a exclusão social possui uma relação ambivalente com as tecnologias através de três dimensões. Utilizaremos do quadro abaixo elaborado por ele mesmo, para mostrarmos um resumo destas ideias.

Figura 8: Relações ambivalentes com as Tecnologias da Informação e Comunicação

| Dimensões da exclusão social | Relação ambivalente com as Tecnologias da Informação e Comunicação | |
|---------------------------------|---|--|
| | Exemplo de relação negativa | Exemplo de relação positiva |
| Econômica | Precariedade do trabalho e desemprego causado pelo uso das novas tecnologias no processo produtivo | Os melhores postos de trabalho são aqueles onde o trabalhador tem habilidade com as novas tecnologias |
| Cognitiva/ Educativa | Falta de manipulação das TIC's impede o uso das informações e conhecimento disponível nas redes digitais | As redes digitais propiciam novas formas de produção e distribuição do conhecimento |
| Política | A falta de condições de acesso e uso das TIC's exclui a maioria de obter serviços e direitos disponíveis nos meios digitais | O espaço digital propicia uma possibilidade de ampliação do espaço público de manifestação e participação política |

Corrêa (2007p. 28)

De fato, percebe-se que estas dimensões de ordem econômica, cognitiva e política estão presentes na sociedade atual e, no entanto, estabelecem impactos positivos e negativos. De maneira geral, defendemos aqui a ideia da familiarização com as tecnologias digitais para não estarmos excluídos desse meio importantíssimo em pleno século XXI. Com isto, acreditamos que no decorrer da familiaridade com as tecnologias digitais as relações negativas vão sendo superadas.

As quatro dimensões da exclusão social - Fazendo uma abordagem mais específica das três dimensões já mencionadas, utilizaremos da seguinte ordem; primeiro a econômica, segundo a cognitiva e em terceiro a política. Posteriormente a estas, apresentaremos a quarta que é de ordem cultural, mencionada por Ferreira (2009). Para isto utilizaremos do oposto da palavra exclusão social, até mesmo por que não há como mencionarmos exclusão social sem interpretarmos o seu oposto. Então, em dados momentos utilizaremos da palavra inclusão social.

A primeira dimensão da inclusão social é interpretada por CORRÊA (2007) como estar inserido no mercado de trabalho, de forma digna e em condições de auto-sustentação. Atualmente o indivíduo para estar inserido no mercado de trabalho em grande maioria lhe são exigidos conhecimentos e domínios prévios da tecnologia em especial de informática. Isso tem demandado um novo tipo de trabalhador que às vezes é incluído e outrora excluído. Pois, se não estiver preparado para entrar no mercado de trabalho com esses padrões, provavelmente não conseguirá. Hoje as maiorias das empresas estão equipadas com máquinas de última geração onde a tecnologia está no alvo, automaticamente os trabalhadores são obrigados a acompanharem este processo senão estarão excluídos do mercado de trabalho. Até mesmo outros serviços de natureza agrícola estão exigindo do trabalhador um domínio básico das tecnologias, onde o serviço braçal está perdendo espaço para as máquinas. Assim como acontece nas empresas também acontece com as escolas, onde os recursos da tecnologia digital estão sendo introduzidos e requerendo do seu público tal conhecimento e domínio.

Para que possamos compreender: hoje no setor da educação é impossível alguém ficar acomodado sem querer se envolver com esse movimento tecnológico. As escolas precisam ser equipadas com laboratórios de informática, e outros recursos tecnológicos para atender o público escolar, para isso o funcionário tem que saber manusear esses recursos, senão, se tornará um sujeito do século XVIII enquanto outros usuários estão avançados tecnologicamente desfrutando dos recursos do século XXI.

Com a apropriação destes recursos o andamento das aulas se torna mais dinâmico e interativo quando o educador se apropria dos recursos tecnológicos. Alguns dos recursos são os seguintes: televisão, DVD, projetor, computador, internet, etc. O educador necessita estar preparado tecnologicamente para exercer seu trabalho de educador, pois, até mesmo os diários de classe estão sendo implantados por meio de sistemas eletrônicos. Essas informações descritas acima exemplificam algumas de muitas outras situações em que se exige do cidadão trabalhador a aproximação com as tecnologias digitais para que não sejam economicamente surpreendidos. Nosso principal interesse é mostrar através de tudo isso que devemos conhecer como o mundo do trabalho contemporâneo funciona e como devemos nos posicionar a ele.

Já a segunda dimensão da inclusão social está relacionada com o nível cognitivo que o sujeito tem para a produção de conhecimento e desenvolvimento dentro da sociedade atual.

De acordo com Corrêa (2007, p. 33), “a dimensão cognitiva da exclusão social acontece, então, pela desigualdade no acesso à informação e ao conhecimento e pela desigualdade na produção de conhecimento”. O cidadão que tem disposição e disponibilidade

dos recursos tecnológicos a seu alcance tem ótimas vantagens de ordem cognitiva pelo fato dos diversos horizontes que estes elementos lhe proporcionam, sendo uma dessas o conhecimento.

Acreditamos que a disponibilidade de apropriação, do acesso e uso do computador e internet tem um grande potencial em contribuir com o aspecto cognitivo das pessoas. Essa compreensão parte da percepção do acesso à informação e ao conhecimento como essencial aos sujeitos envolvidos na sociedade, afirmando, ainda que estes estão em constante aprendizagem. É o mesmo que afirmar que estamos sempre adquirindo algum conhecimento. Neste sentido, o sujeito incluído digitalmente é beneficiado com outros conhecimentos que estão além do seu contexto como partilhar de informações globalizadas, notícias, pesquisas, leituras, redes sociais, etc. Isso vem enriquecer em muito o cognitivo do sujeito que dispõe dos recursos tecnológicos ao seu alcance e ainda tem a oportunidade de aprender como também de ensinar.

Atualmente a informação codificada que pode ser distribuída e o conhecimento elaborado que pode ser transmitido, se encontram cada vez mais disponíveis em formatos digitais, como imagem, som, vídeo e texto. Logo, aqueles que não têm acesso às redes digitais de informação, perdem oportunidade de usar e produzir novo conhecimento, ou seja, ficam a margem do processo de inclusão. Corrêa (2007 p.35).

Consequentemente, o sujeito que não tem acesso a esses meios vai ter certa limitação em produzir conhecimento comprometendo assim o seu avanço cognitivo. “As práticas cognitivas são imensamente favorecidas pelo uso do computador e acesso as redes digitais, ou seja, surgem do uso e acesso a novos modos de produção do conhecimento e da disponibilidade da informação” (LACERDA SANTOS, 2005 p. 13 apud FERREIRA, 2009 p. 46).

A falta de acesso à informação é considerada um processo de exclusão social, na medida em que lhe é vedado o direito de produzir ideias e contra-argumentos até mesmo ao próprio processo de exclusão. Neste sentido, a informação é um instrumento essencial para a elaboração de conhecimento. Conhecimento com potencial para sobressair da situação excludente na esfera pública quanto na comunitária, por esse motivo sempre lhe é negado à informação, pois, esta é fundamental para este processo.

Corrêa (2007) apresenta exemplos positivos de produção do conhecimento na dimensão cognitiva, quando este conhecimento é produzido colaborativamente. Um deles é a Wikipédia, uma enciclopédia on-line, criada em 15 de janeiro de 2001, mantida de forma

colaborativa e voluntária, disponibilizando milhões de verbetes escritos em várias línguas, por milhões de colaboradores em todo o mundo.

Outro exemplo de produção do conhecimento, apresentado por Corrêa (2007), é o desenvolvimento do sistema operacional de código aberto (software livre) Linux. Que possui o seu código fonte aberto (open source) a qualquer um que deseje conhecer e alterá-lo. As mais variadas versões de distribuições Linux, têm sido produzidas colaborativamente por milhares de programadores ao redor do mundo.

A terceira dimensão da exclusão social é a de ordem política. Essa dimensão está relacionada com a capacidade dos indivíduos exercerem seus direitos como cidadão e terem voz na esfera pública. Com o avanço da tecnologia algumas questões de ordem burocrática também foram resolvidas, isso, é um fato positivo do avanço da tecnologia na dimensão política da exclusão social. Muitas questões que antes demandavam esforço físico e mental para resolver situações no serviço público, hoje, com a facilidade de comunicação e ganho de tempo, ficou muito mais prático e ágil utilizar o meio tecnológico para os mais variados fins. Como por exemplo: pagar contas, comprar, filtrar informações (pesquisa), resolver situações e/ou problemas, etc. Neste sentido, podemos afirmar que a interação com os recursos tecnológicos contribui com o processo de formação política do sujeito, na medida em que lhe é proporcionado o acesso e o saber ler a informação pertinente. “Mais do que ser excluído materialmente, pior é ser excluído politicamente” (DEMO, 2003 apud CORRÊA, 2007 p.13). No processo de formação política, o acesso à informação e ao conhecimento são necessidades indispensáveis para que o sujeito tenha segurança, podendo reivindicar bem como também fazendo valer politicamente seus direitos.

A quarta dimensão apresenta a dificuldade de acesso da população aos produtos culturais. Neste sentido, a dimensão denominada exclusão cultural é compreendida por Ferreira, (2009, p. 47), como parte do desafio da “construção de sociedades culturalmente diversificadas e inclusivas” anunciada primeiramente por Mark Maloch Brown, administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) ao observatório da imprensa no ano de 2009. Conforme detalhes abaixo:

Os argumentos são fortes e de natureza também econômica. De acordo com o Pnud, o comércio mundial de bens culturais (cinema, fotografia, rádio e televisão, revistas, música, literatura e artes visuais) quadruplicou em uma década, passando de US\$ 95 bilhões em 1980 para mais de US\$ 380 bilhões em 1988. Entretanto, cerca de quatro quintos desses recursos tem origem em apenas 13 países. As produções de cinema dos Estados Unidos representam 85% das plateias de cinema no mundo todo e o país domina todas as maiores

bilheterias internacionais (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2009 apud FERREIRA, 2009 p. 47).

Há uma grande preocupação também apresentada por Ferreira (2009 p. 47) que diz respeito ao acesso à informática dentro de uma perspectiva de “aculturação” ou de inclusão impulsionada por necessidades econômicas, políticas e sociais, correndo o risco de se apresentar ao fim deste processo a exclusão cultural. Isso se deve à ideia defendida também por Castells (2003) mencionada por Ferreira (2009) “do uso de computadores e internet ligada à configuração de conteúdo e tecnologia construída pelos primeiros desenvolvedores da Web.

Proposta dentro de uma ideologia libertária, Ferreira (2009) entende que a internet se expandiu rapidamente, porém traz consigo traços da elite cultural que a pensou inicialmente. Neste sentido, a preocupação é pertinente, pois, o avanço avassalador da internet em certa medida pode fugir (ou ser tomada) do domínio de tal categoria (a dominante).

Processos de expulsão dos camponeses do campo

A história que nos relata os processos de expulsão dos camponeses do meio rural é marcada por situações de extrema fatalidade e disputa de território. Mencionamos aqui os sujeitos, agricultores, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros que sofrem perseguições no campo brasileiro.

Historicamente o campo foi constituído como um espaço atrasado, de ignorância, sem cultura, sem identidade. Ao contrario desta concepção, o campo tem se demonstrado como importante espaço da diversidade, de valorização da natureza, um lugar de sujeitos capazes de construir e reconstruir a sua própria história.

Também é importante dizer que esses povos, são à base da história do povo brasileiro. Que em toda comunidade, em qualquer parte do país, encontra-se traços da cultura rural, indígena e afrodescendente.

O homem do campo tem enfrentado nos últimos anos um processo de inteira disputa. Este processo de disputa tem acontecido entre camponeses x agronegócio, em que os camponeses persistem em permanecer no campo para nele construir sua história. Por outro lado o agronegócio tem lutado constantemente para expulsar estas famílias do campo, na intencionalidade de lançar grandes projetos nacionais e internacionais por meio das extensas monoculturas de soja, cana de açúcar, milho, girassol, agropecuária, etc. Como por exemplo, há alguns meses atrás tivemos um drástico acontecimento, em que um “índio Kaiowá de 15 anos foi assassinado em uma fazenda próxima a uma aldeia indígena no município de Caarapó (MS)”. O que demonstra a inteira disputa de território para criação de gado e monocultivo de soja. (<http://campanhaguarani.org/?p=1701>).

Esta é uma situação que exemplifica o cenário atual no campo brasileiro, porém, situações semelhantes a esta infelizmente se sucedem há séculos. Para isto, vale recorrer-nos à Roos (2007) que analisa as primeiras lutas no campo brasileiro, como, também traz importantes contribuições das últimas décadas.

As diferentes lutas sociais que aconteceram e vem acontecendo no campo brasileiro são reflexos da expansão capitalista sobre o território brasileiro e os primeiros a sofrerem com o processo de expansão capitalista foram os povos indígenas que desde a invasão do Brasil foram e ainda são expulsos de suas terras. Mesmo sendo explorados e sufocados pelo agronegócio, os indígenas ainda persistem em permanecer na terra. Para os povos indígenas a manutenção na terra significa a manutenção de sua cultura, pois a perda da terra significa também a perda da cultura destes. (ROOS 2007 p.15).

Durante o período da escravidão ocorreram outras lutas no campo brasileiro, entre elas, a luta dos negros, que buscavam viver em liberdade. No entanto, eles se organizavam em quilombos e nesse local se organizavam para enfrentar as investidas dos fazendeiros e jagunços, que buscavam recaptura-los. A organização em comunidades quilombolas fortalecia a luta dos negros, pois se tinha um grupo de pessoas lutando pelos mesmos objetivos, (lutar pela sobrevivência como povos livres). Embora estando organizados, os negros eram perseguidos em suas comunidades pelos Barões e traficantes de escravos, que quando encontrados eram recapturados e muitos deles assassinados. Roos (2007p.17).

O campo brasileiro também foi marcado pelos chamados movimentos messiânicos. Movimentos que surgiram da organização de camponeses, posseiros, que estavam sendo expulsos de suas terras. Estes movimentos eram liderados por um “messias” considerado uma pessoa capaz de implantar uma ordem social igualitária. O movimento que mais se destacou foi Canudos (Bahia) e do Contestado (Sudeste do Paraná e Centro-Oeste e Oeste de Santa Catarina). Esses movimentos sofreram grandes repressões por parte dos governantes da época e nunca receberam reconhecimento político pelo fato de serem considerados como religiosos. Roos (2007p.17).

(ROOS, 2007) afirma que os processos de lutas decorrentes no campo brasileiro, desencadeou o aumento de organizações vinculadas aos camponeses, como: entidades, ligas, associações e sindicatos. Na maior parte dos casos havia a presença do PCB (Partido Comunista Brasileiro), onde tinha como principal objetivo organizar os camponeses.

Percebe-se que com o desvendar dos anos as estratégias de resistência no campo aumentaram, e o Partido Comunista teve uma importante contribuição na organização dos

camponeses para se livrarem das investidas dos jagunços e da policia. Inclusive foi o Partido Comunista Brasileiro que trouxe para o Brasil a discussão sobre Reforma Agrária e com a influência do partido nas lutas o tema Reforma Agrária começou a ser incorporado na luta. (ROOS,2007).

Em meio a este contexto, vale destacar a consolidação de outras organizações que também tiveram a Reforma Agraria como bandeira de luta: CPT (Comissão Pastoral da Terra) organizada pela Igreja, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que surge com a proposta de articular as diversas lutas que vinham ocorrendo em todo o país, apresentando como formas de luta as ocupações e passeatas.

Com a consolidação do MST as lutas no campo ganharam intensidade, onde as lutas por meio de ocupações surtiram efeitos positivos, pressionando o Estado a atender as demandas dos camponeses. Até mesmo, alguns segmentos sindicais passaram a utilizar desta mesma forma de luta, como é o caso da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura). Estes diversos grupos e organizações sociais tinham/tem propostas distintas na organização dos trabalhadores, porém nos dias atuais as lutas no campo estão organizadas principalmente nos movimentos sociais de luta pela terra onde o de maior representatividade é o MST. No cenário Nacional e Internacional os movimentos que possuem maior representatividade são o MST e a Via Campesina. Roos, (2007).

É através dos movimentos sociais que os camponeses se organizam para lutar contra a exclusão, a política, pelo direito a terra, pelo direito a vida e especialmente contra o avanço capitalista no campo que exclui e massacra os sujeitos trabalhadores em seu meio.

Este modelo agrícola excludente tem como principal objetivo a produção de produtos em grande escala para exportação, com isto além de excluir as famílias do campo ainda degrada fortemente o meio ambiente. Enquanto, que maior parte da alimentação que compõe a mesa das famílias de classe média/alta é produzida por trabalhadores da agricultura familiar.

É um modelo que também representa uma aliança das classes sociais hegemônicas com o total apoio do Estado pautadas na financeirização e na acumulação do capital, gerando concentração de terra, degradação do meio ambiente, exclusão e violência no campo, criminalização dos movimentos e lideranças sociais.

Este modelo tem centrado suas ações na produção e no lucro, em grande medida defendido pelos governantes da direita e por setores da esquerda. Isto consequentemente tem dificultado as organizações sociais do campo de planejarem ações conjuntas com setores

políticos governamentais, o que fortaleceria o processo de defesa dos territórios por meio de tramites legais.

Neste sentido, é oportuno salientar que há um grande empenho dos movimentos sociais do campo em se manterem organizados no intuito de resistir aos ataques advindos por este modelo hegemônico. No entanto, em muitos lugares é impossível resistir a estes ataques, pois, na maioria das vezes utilizam de ações desumanas e por meio da brutalidade colocam as pessoas as margens das rodovias sem nenhuma compaixão. Sem possibilidade alguma estas pessoas começam a ocupar as periferias das cidades, vivendo em situações de extrema exclusão, são poucos os que conseguem adquirir um trabalho para manter a família, até porque o próprio sistema de seleção as exclui.

Diante disso podemos perceber que o campo está em constante processo de disputa. No entanto, o enfrentamento em muitas situações tem sido drástico para com os trabalhadores. Mas o campo permanece resistindo a este modelo desumanizador, onde alguns lugares têm conseguido transformar esta realidade, mantendo-se em lugar da diversidade, de produção da vida.

CAPÍTULO IV

Análise dos dados

Neste capítulo, dá-se a análise de dados coletados para esta pesquisa. Os fragmentos a serem analisados fazem parte de estudo realizado com educandos do ensino médio da EE Paulo Freire, do Assentamento Antônio Conselheiro, Município de Barra do Bugres estado de Mato Grosso. O objetivo do estudo foi investigar como a Casa Digital qualifica os processos educativos vivenciados na EE Paulo Freire no sentido de fortalecer a resistência dos educandos aos processos de expulsão destes sujeitos do campo. Para esta análise, registram-se dados colhidos por meio do questionário aplicado ao grupo focal e do diário de campo. Diante disso, utilizamos de algumas questões norteadoras conforme já relatado em parágrafos acima. Isto nos possibilitou identificar usos de computadores e internet nos seguintes campos:

Econômico: Dos vinte (20) respondentes, doze (12) afirmaram já terem utilizado dos computadores da casa digital para ganhar dinheiro e sempre que necessário ainda utilizam. No entanto, o uso da casa digital de certa forma tem contribuído com a vida financeira desses sujeitos que se apropriaram desses recursos tecnológicos para diversos fins, tais como: realizarem pesquisas de mercado, pesquisar modelos de tapetes, realizar relatórios de pedidos em revistas (como Avon), comunicar com pessoas que estão na cidade para confirmar entrega de produtos alimentícios em feiras e mercados, pesquisar e baixar softwares atualizados para instalação de sistemas operacionais em computadores de mesa, notebooks e netbooks. Alguns depoimentos que atestam esta condição são:

A1- Também uso a casa digital para pesquisar modelos de tapete, eu trabalho com tapetes, então sempre é necessário olhar novos modelos aí venho pesquisar na internet.

A2- Como eu trabalho com produtos da Avon, sempre que vou mandar os nomes das pessoas que fizeram os pedidos, venho na casa digital para fazer isso.

A3- Também uso a casa digital para baixar alguns programas, como faço instalação de sistemas, então, sempre é necessário estar atualizando os programas. Cóbro R\$ 30, 00 pra instalar um sistema.

Cognitivo: Neste campo, todos os entrevistados afirmaram utilizarem dos computadores da casa digital para aprenderem coisas novas como também para ensinarem outras pessoas. Alguns dos relatos mencionados por eles foram os seguintes:

A1- *Sempre uso a casa digital para fazer os trabalhos que os professores pedem, com isso fui aprendendo a mexer, até já ajudei alguns colegas de sala a fazer apresentação, criar e-mail, arrumar texto...*

A2- *Agente vai mexendo e aprendendo, quando comecei a mexer não sabia quase nada, hoje uso e quase não preciso de ajuda. Até ajudo quem não sabe algumas coisas. Hoje já digito texto, faço gráfico, apresentação, tudo isso.*

A3- *Uso muito a casa digital para fazer pesquisa quando os professores pedem e também para acessar o facebook.*

Percebemos que os recursos da casa digital têm contribuído muito para pesquisas e trabalhos diversos, orientados e não orientados pelos professores. Com isto, os educandos foram desenvolvendo práticas e aperfeiçoamento utilizando os computadores e softwares do seguinte modo:

- Digitar e formatar textos;
- Criar apresentações em Power point;
- Criar planilhas eletrônicas;
- Criar gráficos;
- Criar desenhos digitais,
- Realizar pesquisas,
- Criar e alimentar e-mails e redes sociais.

Houve Melhora de qualidade do aspecto cognitivo tanto pessoal quanto coletivo, pois, muitos dos conhecimentos aprendidos foram compartilhados com os colegas de sala.

Político: As contribuições obtidas para este campo foram manifestadas pelos entrevistados na seguinte especificidade; Todos vinte (20) afirmaram não utilizar dos computadores e internet da casa digital para saber especificamente alguma coisa de política, porém, treze (13) destes afirmaram que o uso mediado por estes meios de certa maneira lhes ajudam a manifestar suas opiniões políticas por meio de comentários e curtidas em pôsteres especialmente nas redes sociais. Às vezes, estes pôsteres também são comentados em outros momentos de conversações entre colegas, sem estarem necessariamente utilizando no momento de um computador ou internet.

A1- *Não uso pra saber politica, mas quando estou no facebook às vezes aparece coisas de politica, então, às vezes curto ou escrevo alguma coisa.*

A2- *Não gosto muito de politica, então, nem interesse em pesquisar essas coisas.*

Mas quando vou saber algumas notícias em alguns sites, às vezes tem de política, então acabo lendo do mesmo jeito.

A3- Às vezes vejo alguma coisa, mas nem comento nada na internet. Mas às vezes falo para outras pessoas o que eu vi.

Neste sentido, o uso do computador e internet lhes contribuem para mostrar as manifestações políticas de outras pessoas, mas, que ao mesmo tempo tomam parte destas discussões fora da rede mundial de computadores e internet. Isto, na verdade acontece por acaso, pois, as manifestações já estão disponíveis em rede. Provavelmente não utilizam deste meio por não possuírem uma formação política e crítica da realidade. Se tivessem esta formação, com certeza conseguiriam utilizar destes recursos para manifestarem suas indagações, repúdios, opiniões, ações, contribuições, etc.

Cultural: De acordo com as respostas dos entrevistados para este campo em análise, quinze (15) delas afirmaram que nos momentos de uso do computador e internet da casa digital utilizam da Casa Digital para seu enriquecimento cultural. Os meios de utilização para estes fins aparecem de várias formas:

- Conhecer outros lugares;
- Baixar músicas, vídeos, filmes, documentários, software;
- Visualizar e fazer arte;
- Realizar pesquisas de documentos (CNH, editais, simulados), etc.

A1- Uso pra baixar musicas, programas, vídeos. Também uso pra pesquisar documentos é mais fácil e não precisa gastar pra ir na rua fazer isso.

A2- Também uso pra ver outros lugares, cidades diferentes.

Outras respostas afirmadas por eles revelam que o uso do computador e internet de certa maneira modificam a sua vida cultural. Pois, através das ações apresentadas acima, se forem realizadas via computador lhes proporcionam acesso, agilidade e economia em todos os aspectos. Com a ausência destes equipamentos tecnológicos, tais ações demandariam mais custo, tempo e omissão de informações.

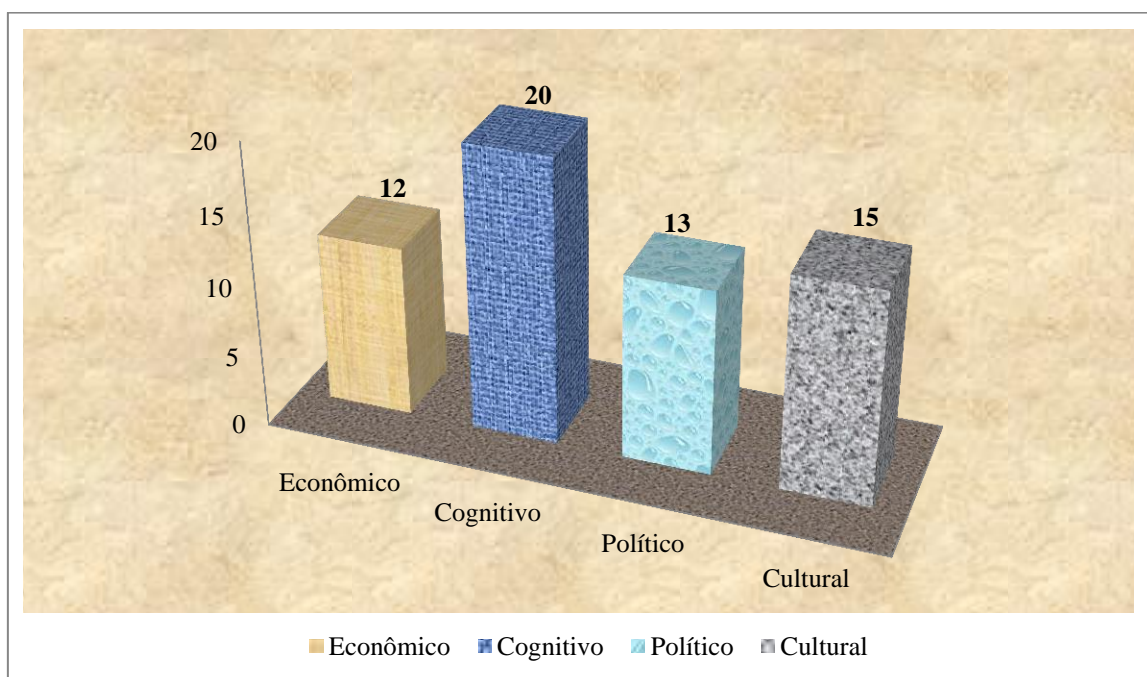
A3- Muita coisa agente consegue fazer por aqui, então, é bem mais rápido, e não gastamos pra ir à cidade.

Através destas respostas podemos afirmar que muitas ações não seriam capazes de serem realizadas por estes sujeitos se não houvesse a contribuição das tecnologias ao seu alcance. Referimo-nos aqui a um público do campo que geralmente está distante dos recursos

disponíveis na cidade e com todas as dificuldades possíveis, como pouco recurso financeiro, dificuldade de locomoção, devido à distância e estradas ruins.

O gráfico que apresentamos a seguir retrata o conjunto das respostas de nossos entrevistados referente aos campos de utilização do computador e internet.

Figura 9- Campos de utilização do computador e internet por educandos da EE Paulo Freire



Fonte: acervo do pesquisador

As informações coletadas a partir dos questionários nos permitiram entender que há uma alta aproximação dos jovens e alunos do Ensino Médio da EE “Paulo Freire” em acessar os recursos disponíveis da casa digital, especialmente computadores e internet. Dentre as pessoas entrevistadas todas afirmaram fazer uso deste recurso. No entanto, estes são números concretos que nos garantem afirmar ser um local de forte acesso por toda comunidade.

O diário de campo também nos permitiu acompanhar o acesso destes jovens estudantes por meio da casa digital. A partir deste instrumento recorreremos às anotações que foram realizadas em dias de aulas como também em finais de semana, visto, que a casa digital atende a comunidade de segunda-feira a sábado. Dentre os relatos mais comuns se destacaram os acessos às redes sociais, comunicação via e-mail e msn, You Tube, sites de downloads (música, vídeo, filmes, software), pesquisas acadêmicas orientadas e não orientadas por professores, sites de instituições públicas e privadas (Unemat, UFMT, UAB, Unopar), editais, pesquisas de documentos (CNH, motocicletas, automóveis), etc.

Considerações

Esta pesquisa buscou verificar avanços da formação dos educandos de ensino médio da EE Paulo Freire quanto à cognição, cultura, economia e política a partir do uso da Casa Digital. Acreditamos que avanços neste sentido são potencializadores da resistência dos sujeitos do campo ao processo de expulsão por nós já discutidos. Podemos compreender que por meio das tecnologias disponíveis no Campo a permanência dos jovens tende a ser equilibrada, sem que haja um êxodo extrapolado por desconhecimento e curiosidade pela cultura digital. Com a ausência destas políticas o jovem do campo se sente desejoso em utilizar dos recursos digitais em seu cotidiano, o que na maioria das vezes lhe provoca o interesse em deixar o campo para ir aos centros urbanos por possuir a disponibilidade de uso dos recursos tecnológicos em muitos lugares: escolas, lan house e lugares públicos. Com isso, entendemos que a ausência de políticas públicas no campo desmobiliza e coloca em êxodo seus sujeitos, sendo o principal alvo deste processo a juventude camponesa.

A juventude camponesa é carente de políticas públicas que tenham como caráter mobilizador à sua permanência neste meio. É com esta perspectiva que buscamos compreender os processos vivenciados na EE “Paulo Freire” por meio da política de inclusão digital oferecida através da casa digital na comunidade Paulo Freire do Assentamento Antônio Conselheiro no sentido de levantar dados que retratem o fortalecimento e resistência destes sujeitos do campo.

Não resta dúvida a respeito da importância do atendimento oferecido por meio da casa digital a estes educandos do campo. Através das informações recebidas por estes sujeitos pudemos compreender que a casa digital para eles é um espaço de vivência cultural, educativo, de convívio solidário e, sobretudo de construção do conhecimento. Isto fica evidente por meio da análise dos dados apresentada anteriormente.

Contudo, afirmamos que nossa busca por saber em que a casa digital qualifica os processos educativos vivenciados na EE Paulo Freire não é aqui dirigida críticas que minimize os esforços desta instituição, nem tampouco do projeto Territórios Digitais que consiste na implantação de Casas Digitais em áreas rurais. Mas, nos propomos em listar preferencialmente os campos de utilização do uso do computador e internet por jovens do ensino médio da EE Paulo Freire que utilizam da Casa Digital, para realizar atividades vinculadas às dimensões cognitivas, culturais, econômicas e políticas.

Encontramos mudanças significativas em todos os campos propostos em nossa pesquisa quais sejam eles:

- Econômico: mesmo que timidamente, as configurações das relações econômicas são impactadas pelo uso do computador e internet. Isso gera novas qualidades às atividades econômicas.
- Cognitivo: Encontramos a requalificação da construção de conhecimento pela presença de:
 - Rica interface entre Casa Digital e escola, com relação de interdependência entre uma e outra no que diz respeito aos processos de ensino e aprendizagem;
 - Mais ferramentas para pesquisas e acesso a informação;
 - Novas estratégias de manuseio da informação;
 - Contato por meio da internet com textos, vídeos, sons, jornais, artigos, etc.;
 - Outras formas de diálogo pelas redes sociais;
- Político: Esta é a dimensão menos afetada pelo uso de computador e internet. Em nossa opinião isto acontece pela carência de cultura digital e formação política. Por não terem uma formação mínima, não possuem subsídios para utilizar das ferramentas disponíveis, neste campo. Entretanto, acreditamos que à medida que aumentar a convivência, com tantos fatos políticos compartilhados nas redes sociais, essa formação se dê gradativamente.
- Cultural: O principal nesse quesito é o acesso ao que existe em outros lugares, música, cinema, arte, etc.

A presença da casa digital muda à qualidade da vida do homem no campo pelo que já dissemos até então. Contudo, outras ações e recursos são necessários ao fortalecimento da permanência do homem do campo no campo. Tais como, disponibilidade de recursos para implementação da agricultura familiar, geração de renda, serviços de infraestruturas, apoio do poder público para arcar com suas responsabilidades na saúde, educação, transporte escolar, agricultura, etc.

Mesmo com as carências encontradas alguns passos importantes estão sendo dados no sentido de melhora da qualidade de vida apoiada nos recursos digitais presentes na casa digital. Como disponibilidade de atendimento aos usuários da comunidade, aos educandos e educadores da escola.

Algumas atitudes também estão sendo tomadas pelos educandos da LEdoC inseridos na comunidade e direção da EE Paulo Freire para o melhor andamento da Casa Digital, como:

solucionar alguns problemas de manutenção referente aos equipamentos tecnológicos e realização de uma formação política e prática acerca do uso das tecnologias, com os usuários, comunidade e educandos que utilizam da Casa Digital.

As contribuições apresentadas em todos os campos acima nos possibilitam compreender que o uso do computador e internet no campo e na escola do campo contribuem para a permanência dos jovens em seu próprio meio. Os jovens das escolas do campo são carentes de políticas que venham fortalecer a sua permanência no seu próprio meio de vida. A presença de uma casa digital nestes ambientes vem fortalecer a comunidade como um novo espaço de interação troca de experiências, lazer, etc.

No entanto, algumas comunidades ainda não possuem estes recursos à disposição dos jovens, sendo excluídas do processo tecnológico.

De acordo com Corrêa (2007, p. 144) “a inclusão digital ainda não se estabeleceu como política pública de Governo, carecendo ainda de uma articulação política mais forte, envolvendo os três níveis do Governo: Federal, Estadual e Municipal”. Dá-nos a entender, ser ainda uma política limitada em suas abrangências. De certo modo, suas maiores defasagens se apresentam no meio rural por serem áreas também carentes de outras políticas tidas como básicas para a sobrevivência humana. Como menciona o PRONACAMPO, na figura 3.

O levantamento de dados para este trabalho foi realizado no período compreendido entre outubro de 2012 e janeiro de 2013. Sendo importante ressaltar que a realidade dos dados, futuramente pode ser diferente, devido às mudanças na área das tecnologias estarem avançando constantemente em ritmo acelerado. Como ainda podem ocorrer mudanças organizacionais no ambiente pesquisado.

Referências

- BUZATO, Marcelo E. K. (s.d). *Letramentos Digitais e formação de professores*. Disponível em http://www.educared.org/educa/img_conteudo/MarceloBuzato.pdf. Site acessado em 16/12/12.
- CAMPANHA GUARANI. Disponível em: <http://campanhaguarani.org/?p=1701>. Site acessado em 21/01/13.
- CORRÊA, Romulo de Amorim. *A construção social dos programas públicos de inclusão digital*. 2007. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília, DF.
- CRUZ, Cassiana Duarte. *A contribuição dos diários reflexivos no processo de formação de uma professora iniciante de Língua Estrangeira (Inglês) em uma Escola de Educação Infantil Bilíngue*. 2007. Redação Final do Trabalho de Conclusão de Curso (Pedagogia), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- FERREIRA, Márcio. *Inclusão digital de professores da Secretaria de Educação do Distrito Federal: Um estudo sobre a formação docente*. 2009. Dissertação (Mestrado), Universidade de Brasília, DF.
- GATTI, Bernadete Angelina. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas / Bernadete Angelina Gatti. – Brasília: Liber Livro Editora, 2012. 80 p. – (Série Pesquisa; 10).
- GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*/Antonio Carlos Gil. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008.
- GUI, Roque Tadeu. *Grupo focal em pesquisa qualitativa aplicada: Intersubjetividade e construção de sentido*. rPQT, Volume 3, número 1, janeiro-junho, 2003.
- LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.
- MATA, Lucimar da Alves. *Proposta de um Zoneamento Ambiental no Assentamento Antonio Conselheiro – Município de Tangará da Serra – MT*. 2008. Dissertação (Mestrado).Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT.
- MDA, Comunidades, (2011). *Projeto Territórios Digitais concorre a prêmio nacional*. Disponível em: http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosdigitais/news/item?item_id=8782958. Site acessado em 07/01/2013 às 20 h 20 min.
- MOLINA, M. C. *Por uma educação básica do campo*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1999. (Coleção Por uma educação do campo, n. 1).
- MOLINA, M.C e SÁ,L.M. “Escolas do Campo” In CALDART et all (Orgs). *Dicionário de Educação do Campo*. EPSJV/ Fiocruz, Rio de Janeiro, 2012. (p.324-330).
- MORAN, José Manuel. (s.d.) *A educação está mudando radicalmente*. Disponível em: <http://www.eca.usp.br/prof/moran/mudando.htm>. Site acessado em 10/11/12.
- MOURA, Rossana. (2010). *Inclusão Digital no Meio Rural*. Disponível em: <http://blogdarossanamoura.blogspot.com.br/search?updated-min=2010-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2011-01-01T00:00:00-08:00&max-results=2>. Site acessado em 18/11/2012 às 15 h 35 min.

PRONACAMPO, Programa Nacional de Educação do Campo. Ministério da Educação, Março de 2012. Disponível em: <http://migre.me/dyJS9>. Site acessado em 15/01/13 às 14: 00 h.

ROOS, Dijoni. *As atividades associativas nos assentamentos de Sem-Terra: O caso do Assentamento Rio Perdido em Quedas do Iguaçu – PR*. 2007. Monografia apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Candido Rondon – PR.

VALENTE, J.A. (s.d). *Por que o computador na Educação*. Disponível em http://www.ich.pucminas.br/pged/db/wq/wq1_LE/local/txtie9doc.pdf. Site acessado em 16/12/12.

WINK, Bruna Raquel. *Indicadores de Sustentabilidade em Propriedades Familiares no Assentamento Antonio Conselheiro, Micro-Região Paulo Freire, Município de Barra do Bugres-MT*. 2009. Monografia (Engenheiro Agrônomo), Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus Tangará da Serra, MT.

WEB ARTIGOS. *Reflexões sobre o diário de Campo*. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/reflexoes-sobre-o-diario-de-campo/82508/>. Site acessado em 20/12/12.